

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
COORDENADORIA GERAL DE ESPECIALIZAÇÃO,
APERFEIÇOAMENTO E EXTENSÃO

FILIPPE ALVES DOMINGUES

**CHINA: CADASTRO RESIDENCIAL *HUKOU*
E CRESCIMENTO ECONÔMICO**

SÃO PAULO
2011

FILIPPE ALVES DOMINGUES

CHINA: CADASTRO RESIDENCIAL *HUKOU*
E CRESCIMENTO ECONÔMICO

Monografia apresentada à Coordenadoria Geral de Especialização, Aperfeiçoamento e Extensão da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, para conclusão do curso de pós-graduação *Lato sensu* em Jornalismo Econômico.

Área de concentração:
Economia social e do trabalho

Orientação: Prof. Ms. Marcel Gomes

SÃO PAULO

2011

RESUMO

A China vem ganhando cada vez mais importância no contexto econômico global e, conseqüentemente, no noticiário internacional. A mistura de Capitalismo e Comunismo, com grande participação do Estado tanto na política quanto na economia, contribui para o acelerado crescimento econômico do país. Tãmanha singularidade se deve em grande parte ao emprego de diversos instrumentos administrados pelo Estado. Um deles é o sistema de cadastramento residencial *hukou*, que existe desde a década de 1950, período de implantação das ideias de Mao Tsé Tung. Além de definir onde o cidadão está registrado para viver e trabalhar, o *hukou* separa a população chinesa entre rural e urbana. Um de seus objetivos é controlar a migração. Mesmo assim, 200 milhões de chineses migraram do campo para as cidades do país durante os últimos 20 anos e seus direitos e benefícios são inferiores aos dos cidadãos naturais da zona urbana, o que resulta em um grave problema social. Diversas reformas foram realizadas no *hukou* ao longo dos anos e suas causas e conseqüências demonstram a estreita relação existente entre esse mecanismo e o crescimento econômico da China. Este trabalho busca compreender essa relação, detalhando características do sistema *hukou* e também da economia chinesa, o que inclui as essenciais reformas promovidas pelo governo de Deng Xiaoping a partir de 1978.

Palavras-chave: China; Economia; *Hukou*; Trabalho; Migração; Crescimento Econômico

ABSTRACT

China has been gaining increasing importance in the global economic context and, consequently, in international news. The mix between Capitalism and Communism, with huge State participation both in politics and economy, contributes to the accelerated economic growth of the country. Such a singularity is mostly due to the use of various instruments, administered by the State. One of them is the *hukou* system of residence registration, which was created in the 1950's, period of implementation of the ideas of Mao Zedong. Besides defining where the citizen is registered to live and work, the Chinese *hukou* divides the population between rural and urban areas. One of its goals is to control migration. Still, 200 million Chinese have migrated from the countryside to the cities of China during the last 20 years and they have less rights and benefits than those natural citizens of the urban areas, resulting in a serious social problem. Several reforms were made in *hukou* over the years and their causes and consequences demonstrate the close relationship between the mechanism and the economic growth of China. Our assignment seeks to understand that relationship, detailing the characteristics of the *hukou* system and also of the Chinese economy, what includes the essential reforms promoted by the government of Deng Xiaoping since 1978.

Keywords: China; Economy; *Hukou*; Work; Migration; Economic Growth

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Uma visão geral da China.....	11
Gráfico 2 – Tamanho da população em uma cidade média da China.....	23
Gráfico 3 – Exportações da China (2011-2010).....	54
Gráfico 4 – Formação Bruta de Capital Fixo na China (1978-2010).....	56
Gráfico 5 – Salários na cidade são mais altos do que no campo.....	67
Gráfico 6 – Consumo das famílias em relação ao PIB na China e nos EUA.....	68

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Dupla economia e dupla sociedade na era pré-reformas.....	19
Tabela 2 – Procedimentos de aprovação para migração de <i>hukou</i>	21
Tabela 3 – Evolução do sistema <i>hukou</i> desde 1958.....	25
Tabela 4 – Evolução do PIB chinês.....	83-84

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	8
1. <i>HUKOU</i> : ORIGEM, FUNCIONAMENTO E REFORMAS.....	13
1.1 Origem.....	13
1.2 Funcionamento.....	16
1.3 Reformas anteriores.....	20
1.4 Problemas sociais do <i>hukou</i>	26
1.5 Novas propostas de reforma.....	31
2. CARACTERÍSTICAS DA ECONOMIA CHINESA.....	37
2.1 Reformas de Deng Xiaoping.....	37
2.2 O “C” dos Bric e a Crise Asiática.....	43
2.3 Bases do crescimento econômico chinês.....	50
3. A RELAÇÃO ENTRE <i>HUKOU</i> E CRESCIMENTO ECONÔMICO CHINÊS..	59
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	72
5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	76
6. ANEXO.....	83

INTRODUÇÃO

Com elevado nível de crescimento econômico em relação ao resto do mundo, a China vem ganhando cada vez mais importância no contexto econômico global e, conseqüentemente, no noticiário internacional. Esse crescimento se deve, entre outros fatores, a seu peculiar sistema político e econômico. O sistema político chinês se autodefine como Comunista, enquanto seu sistema econômico possui características nitidamente capitalistas – há, por exemplo, grandes e pequenas empresas que visam ao lucro – fator que o torna distinto da maioria dos modelos conhecidos no Ocidente. Aparentemente, a mistura entre Capitalismo e Comunismo na China, com grande participação do Estado tanto na política quanto na economia, contribuiu para o acelerado crescimento econômico do país. O Produto Interno Bruto (PIB) da China, que é a soma de toda a produção de bens e serviços, cresceu 10,3% em 2010 e 9,2% em 2011, para US\$ 7,466 trilhões. Embora o crescimento esteja desacelerando na atual conjuntura, ainda é o mais expressivo do mundo. Superou a previsão da maioria dos analistas, que esperava cerca de 8% para 2011, por conta da crise econômica dos países desenvolvidos, especialmente na Europa e nos Estados Unidos.

Tamanho singularidade do sistema político-econômico chinês se deve em grande parte ao emprego de diversos instrumentos e instituições administrados pelo Estado autoritário, com a função de contribuir para o encaminhamento dos objetivos traçados pelo governo. Um desses instrumentos é o sistema de cadastramento residencial *hukou*, que existe desde a década de 1950. O registro da população chinesa é obrigatório, incluindo informações como endereço, nome, filiação, cônjuge e data de nascimento de cada indivíduo. De forma simplificada, trata-se de um sistema que registra o local de residência do cidadão, de maneira que, se este decide migrar para outra região do país, precisa da autorização do Estado para alterar o seu *hukou*. Caso contrário, pode se submeter a uma série de restrições no que diz respeito aos serviços públicos e aos direitos civis, como a perda do acesso aos serviços básicos de saúde e educação, entre outros.

Além de definir onde o cidadão está registrado para viver e trabalhar, o *hukou* separa a população chinesa entre rural e urbana, tornando muito complexos os casos em que há migração do campo para a cidade sem permissão do Estado. O cidadão migrante sem autorização é tratado pelos órgãos públicos e pela sociedade urbana praticamente como um sujeito de segunda classe, já que descumpriu uma ordem do governo e não permaneceu em seu lugar de origem. O número de trabalhadores autorizados a migrar é rigorosamente controlado. Em outras palavras, por meio de tal cadastramento, o governo pretende supervisionar com mais precisão os fluxos migratórios e em certa medida restringir a mobilidade dentro do país.

Mesmo assim, cerca de 200 milhões de chineses migraram do campo para as cidades do país durante os últimos 20 anos. Atualmente, a população da China totaliza 1,338 bilhão de pessoas, segundo o Banco Mundial. Parte desse número se deve também a uma expansão das cidades em áreas rurais e à urbanização de vilas de camponeses. De acordo com o jornal *Financial Times* (DYER, 2011), este é o maior processo de urbanização já visto no mundo. A urbanização deve ser “um foco estratégico” do provável próximo primeiro-ministro chinês, Li Keqiang, atualmente vice-primeiro-ministro do governo do presidente Hu Jintao e do primeiro-ministro Wen Jiabao. De acordo com a agência de notícias estatal *Xinhua News*, mais de 100 milhões de chineses vão se mudar para as cidades até 2020, representando um grande desafio para os planejadores urbanos e para as autoridades responsáveis pelos sistemas de serviços sociais.

A expectativa do governo chinês é de que a população urbana supere 800 milhões de pessoas até 2020, ante 666 milhões de habitantes registrados em 2010, na medida em que mais e mais chineses buscarem nas cidades alternativas para incrementar sua renda. Em 2009, a população urbana era de 622 milhões de pessoas – o que representaria taxa de urbanização de 46,6%. Cerca de 27% deste total, ou 167 milhões de pessoas, tinham *hukou* rural mas residiam em áreas urbanas, segundo a *Xinhua News*. Isso quer dizer que, embora essas pessoas estejam trabalhando e vivendo nas cidades durante a maior parte do ano, ou todo o ano, seus direitos e benefícios são diferentes dos colegas que possuem um *hukou* urbano.

Há uma série de propostas de reforma para o *hukou*, levantadas por pesquisadores, acadêmicos, autoridades, políticos e economistas, dentro e fora da China, mesmo no Partido Comunista. Recentemente, no *Lianghui* – reunião anual realizada pelas duas instituições que tomam as decisões políticas de nível nacional: o Congresso Nacional do Povo e a Conferência Política Consultiva do Povo Chinês – realizado em março de 2011, a reforma do *hukou* entrou na pauta. Em fevereiro de 2012, o Conselho Estatal divulgou um documento que autoriza os governos locais a conferir aos trabalhadores rurais que já migraram para a cidade há anos o mesmo status daqueles moradores locais. Para isso, o migrante precisa ter renda e emprego estáveis. Naturalmente, são diversos os critérios para a mudança de *hukou*, como veremos neste trabalho. Mas, embora o presidente Hu Jintao e outros políticos apoiem a mudança, as autoridades dos governos locais podem inviabilizar grandes mudanças, pois teriam de oferecer aos migrantes aceitos formalmente os mesmos serviços garantidos aos cidadãos urbanos.

Nesse contexto, este trabalho pretende apresentar algumas características do modelo político-econômico chinês, buscando compreender como o sistema de cadastramento residencial *hukou* se reflete na economia do país. Existe uma relação entre o *hukou* e o crescimento econômico chinês? As discussões sobre a reforma ou até mesmo a extinção do *hukou* nos levam a crer que há relações imediatas entre o *hukou* e o crescimento econômico da China, como veremos adiante.

O anseio por analisar a questão surgiu em decorrência de uma reportagem publicada na edição de 8 a 14 de maio de 2010 da revista britânica *The Economist*, intitulada *Invisible and heavy shackles* (“Grilhões pesados e invisíveis”), referindo-se ao *hukou*. Por ser uma publicação quase que inteiramente editorializada e, mais precisamente, por defender um ponto de vista predominantemente liberal, a *Economist* estabelece uma relação de causa e efeito entre o *hukou* e o crescimento econômico chinês. Diz que “enquanto a China não derrubar as barreiras entre cidade e campo, não poderá libertar o poder de compra de seu povo – ou manter a efervescência de sua economia”.

Para analisar com mais profundidade a temática, neste trabalho detalhamos inicialmente as características do *hukou*, sua origem, reformas

anteriores e algumas propostas de reforma recentes. Posteriormente, apresentamos de maneira breve as principais peculiaridades da economia chinesa. No **Gráfico 1**, temos uma visão geral da China, que nos serve de pano de fundo para compor o cenário. Olhamos com atenção especial para as

Overview

Key figures

GDP 2010: \$5.9trn



GDP per person,
2010: \$4,400
Average annual
growth rate,
1992-2010: 10.3%

Government spending
As % of GDP, 2010: 22.7%

Exchange rates
June 14th 2011
1 yuan = \$0.15
(€0.11 £0.09)



GRÁFICO 1: UMA VISÃO GERAL DA CHINA
FONTE: THE ECONOMIST, 2010

reformas econômicas promovidas a partir de 1978 pelo governo de Deng Xiaoping, que levaram à abertura comercial e à entrada da China no capitalismo (ou no chamado socialismo de mercado). Após conhecer quais são os fundamentos básicos do crescimento econômico chinês, quisemos, por fim, identificar as relações entre o sistema *hukou* e o modelo de crescimento econômico chinês.

Nosso estudo científico tem uma inflexão predominantemente ensaística, uma vez que não há aporte empírico direto. Entendemos que este trabalho se enquadra no campo de estudo da Economia Social e do Trabalho, pois tratamos da migração na China, do emprego na zona rural e no campo, de aspectos demográficos e, mais do que isso, de problemas sociais. Porém, este trabalho aprofunda a questão por meio de um olhar jornalístico, à luz de cientistas e autores brasileiros e internacionais que têm profundo conhecimento de política e economia, com ênfase no caso chinês, além dos aspectos que constituem o *hukou*. Queremos crer que se trata de um estudo novo no Brasil, pois não encontramos no país nenhuma bibliografia específica sobre o *hukou*.

Utilizamos, ainda, como relevante fonte de pesquisa dois grandes veículos de comunicação da China, ambos estatais: a agência *Xinhua* (principalmente) e o jornal *China Daily*. No entanto, não buscamos neste trabalho fazer uma análise de conteúdo desses veículos, mas recorrer a informações publicadas por eles em inglês na internet durante o ano de 2011, anterior à conclusão deste estudo. Nosso objetivo ao pesquisá-los foi acompanhar a evolução das propostas de reforma do *hukou*, na medida em que tais veículos representam a visão da imprensa oficial chinesa.

Todas as citações de autores e meios de comunicação internacionais foram traduzidas livremente para o português, visando à facilitação da leitura. Como nosso estudo trata de uma temática nova no Brasil, achamos por bem fazer a tradução das citações. Os textos originais são de fácil acesso e podem ser consultados conforme as referências bibliográficas.

1. HUKOU: ORIGEM, FUNCIONAMENTO E REFORMAS

1.1 Origem

A institucionalização do controle de migração é algo relativamente recente na História da China, embora o povo chinês tenha por tradição uma forte tendência a migrar, conforme relata Dorothy J. Solinger (1999), socióloga norte-americana especialista em estudos sobre o Leste asiático da Universidade da Califórnia e cuja obra é de essencial importância para este trabalho – como há pouca bibliografia disponível sobre o tema do *hukou*, Solinger é nossa principal fonte de pesquisa nesta etapa. O Estado tradicional chinês, ou seja, das Dinastias (da Antiguidade até o século XIX), sempre esteve bastante envolvido na movimentação populacional. A migração era usada como um mecanismo para atingir metas de expansão imperial e controle de novas terras, especialmente nas fronteiras. Também era uma forma de desenvolver os recursos do país em novas áreas; abrigar vítimas de desastres naturais; realocar poderosos dissidentes políticos dentro do próprio território; pacificar os indisciplinados; e transferir pessoas de regiões muito densas para outras menos populosas.

A partir de 1700, com mais força em 1860, o crescimento dos mercados de longa distância resultante de estímulos ao comércio ampliou a migração voluntária na China e os governos ficaram menos inclinados a controlar os fluxos populacionais. Segundo Solinger, “por mais ambiciosos que fossem os projetos de estilo imperial dos governantes dinásticos, seus objetivos em geral – e cada vez menos ao longo do tempo – não abrangiam uma regulação rigorosa das movimentações particulares dos sujeitos” (p.28).

Os dois regimes anteriores ao do Partido Comunista, que assumiu com a Revolução de 1949, ou estimulavam ativamente a migração ou pelo menos não a restringiam, embora historicamente os moradores permanentes de cidades tenham se mostrado hostis à chegada de residentes oriundos de outras regiões. Documentos indicam, na verdade, que a mobilidade populacional era organizada em âmbito privado no fim do Império (1700 a 1911) e durante a República (1912 a 1949). Entretanto, a tradição de registrar a população é

antiga, tanto para fins de tributação sobre terras quanto para a supervisão das comunidades regionais e familiares.

Durante o período do Estado republicano, imediatamente anterior à Revolução Comunista, não havia um poder central potente e as autoridades se preocupavam mais com guerras civis, invasões e intervenções estrangeiras do que com a migração interna. O principal objetivo era unificar o país econômica e militarmente. A fronteira entre cidade e campo atualmente definida pelo sistema de registro residencial *hukou* foi criada pelo governo chinês na década de 1950, após a Revolução Comunista. Imediatamente antes disso, os movimentos populacionais eram “comuns, disseminados e frequentes” (SOLINGER, p.32).

No período Comunista, o regime assumiu a propriedade de todas as terras, ativos industriais e de toda forma de capital, além da responsabilidade social do auxílio à população mais pobre. Tornou-se responsável pela manutenção básica do sustento. Tornou-se o proprietário de tudo e o empregador de todos, de modo que o controle de migrações ganhou força entre 1960 e 1980.

Ao contrário (*dos regimes anteriores*), sob a República Popular da China, o Estado se esforçava para supervisionar o movimento da população para as cidades, começando logo após a tomada comunista no início dos anos 1950, mesmo que não tenha obtido sucesso significativo até 1960. Não apenas por propósitos políticos, mas porque os recursos (*do Estado*) foram inflados sob a RPC. (...) Suas posses substanciais, assim, fortaleceram sua capacidade no que diz respeito à restrição do movimento das pessoas em comparação com regimes anteriores. (1999, p.28)

Solinger menciona o sociólogo norte-americano Andrew Walder ao explicar que, com a Revolução de 1949, o Estado socialista assumiu as duas grandes funções de prover e supervisionar a população chinesa. Assim, durante décadas, os administradores das cidades chinesas foram preparados para administrar o sistema por meio de uma combinação entre o serviço social e o controle. Segundo Walder, trata-se de uma “dependência organizada”. Essa sistemática era possibilitada por meio de um instrumento oficial de registro, o *hukou*, e de outra ferramenta chamada *danwei*, que consiste no acompanhamento do sustento e do comportamento da população. Ninguém

poderia receber as “rações” do governo e outros benefícios se não estivesse devidamente registrado.

O registro da população *hukou*, criado em 1958 pelo Congresso do Povo da China, surgiu como um instrumento burocrático para ordenar essa lógica: prover o sustento com o suprimento de algumas necessidades básicas diárias, como uma mistura de grãos para alimentação, que após a abertura dos mercados deixou de ser distribuída a todos; e controlar o comportamento dos cidadãos. Com o *hukou*, todos os residentes foram vinculados a uma espécie de “unidade administrativa” responsável por essas duas funções.

Antes das reformas do *hukou* nos anos 1990, das quais falaremos mais adiante, nenhum cidadão cadastrado que vivesse fora de uma municipalidade urbana tinha direito aos benefícios concedidos aos indivíduos cadastrados naquela jurisdição. De acordo com Solinger, com a Revolução de 1949, a distinção entre indivíduos ricos e pobres foi trocada pela diferenciação entre indivíduos rurais e urbanos. Os dirigentes chineses dos primeiros anos do regime Comunista se basearam na experiência socialista da União Soviética, onde havia limitação sobre o crescimento das metrópoles. Os movimentos populacionais eram controlados inclusive por meio de permissões exclusivas para viver nas cidades (“*propiska*”) e da criação de passaportes internos, depois de 1932, destinados apenas aos moradores da zona urbana. Os residentes rurais eram proibidos de obter permissão de residência permanente nas cidades. Todavia, os soviéticos não foram sempre rigorosos com o êxodo rural, segundo Solinger (p.33), pois muitas vezes faltava mão-de-obra nas cidades.

Já os governantes da China, utilizaram, em 1960, sua política de registro das famílias, o próprio *hukou*, para construir um sistema residencial diferente de tudo o que havia existido até então, tanto na China quanto no mundo socialista como um todo. O objetivo era “reter as pessoas permanentemente na base de seu lugar de nascimento ou na residência de seus maridos”. O sistema de controle de migração teve especial relevância no contexto da industrialização naquele momento histórico.

Para acomodar esse imperativo de industrialização, o novo sistema de registros começou a garantir que os camponeses permanecessem na terra, produzindo os alimentos que permitiriam aos residentes das cidades industrializar e

modernizar a China urbana. (...) Para alcançar este objetivo, o Estado precisava tentar calibrar o número de residentes urbanos legais com a quantidade de grãos e o número de postos de trabalho disponíveis nas cidades. (SOLINGER, 1999, p.37)

Em grande parte, o *hukou* cumpriu durante muito tempo a missão de evitar que os camponeses migrassem para as cidades em busca de trabalho na indústria e, em última análise, de melhores condições de vida. Com isso, o governo foi capaz de aumentar em sete vezes o emprego industrial em 40 anos, enquanto a população urbana cresceu apenas três vezes. Em 1954, 2,5 milhões de pessoas foram contratadas para trabalhar nas cidades e 70% delas eram camponesas. Um ano depois, houve um grande esforço de repatriação, que mandou milhões de pessoas de volta para seus vilarejos de origem. Enfim, os anos 1950 foram marcados por um vai-e-vem populacional. Entretanto, atualmente cresce cada vez mais o número de camponeses que se mudam para as cidades, mesmo na ilegalidade. A expectativa do governo chinês é de que, até 2020, a população urbana supere 800 milhões de pessoas, ante 666 milhões em 2010, na medida em que mais camponeses migrarem para as cidades procurando incrementar a renda.

Para entender um pouco melhor o vocabulário do *hukou* e a relação do sistema com os movimentos migratórios, veremos a seguir mais detalhes sobre a evolução e o funcionamento do modelo de registro populacional na China, com seus diferentes tipos e a forma como são encarados pelo Estado. Posteriormente, abordaremos também algumas reformas realizadas no sistema desde a sua criação e apresentaremos propostas de aperfeiçoamento mais recentes.

1.2 Funcionamento

Atualmente, o *hukou* é um dos mecanismos mais importantes para atribuição dos serviços sociais na China, de benefícios urbanos e da cidadania como um todo (KAM, BUCKINGHAM, 2008, p.587). Com a institucionalização do *hukou* em 1958, todas as pessoas registradas no país foram divididas por

“elegibilidade socioeconômica” (*leibie*) e por “localização residencial” (*suozandi*).

O critério de elegibilidade socioeconômica diferenciou o *hukou* dos cidadãos chineses entre “agrícola” e “não agrícola”. Nas décadas de 1960 e 1970, essa resolução foi essencial para a distribuição da mistura de grãos concedida pelo Estado, por exemplo. Esperava-se que a população agrícola fosse amplamente autossuficiente e, por isso, receberia benefícios muito limitados. Os que não tinham *leibie* agrícola ganhavam mais subsídios, independentemente do local onde viviam, o que tornou essa condição muito mais desejável. Igualmente, o *leibie* agrícola determinava menos incentivos, fosse qual fosse o lugar de residência. Segundo Kam e Buckingham, estudiosos do tema, esse mecanismo “servia para conter a migração fora dos planos do Estado” (p.587).

Já o registro de *suozandi* (local de residência) foi definido por unidade administrativa, determinando os direitos do cidadão em uma localidade específica. Sendo assim, antes da reforma do *hukou* no fim da década de 1990, o fator socioeconômico estabelecia quais eram os direitos do indivíduo e o local de residência indicava onde os benefícios deveriam ser recebidos: na cidade ou no campo.

Desse modo, se levados em conta os movimentos migratórios estimulados por motivos diversos, foram criadas na prática quatro possibilidades de combinações de *leibie* com *suozandi*, resultando naturalmente em quatro diferentes tipos de *hukou*:

- A) *Hukou* local e não agrícola:** indivíduos que estão na área urbana e em seu lugar original de residência;
- B) *Hukou* local e agrícola:** indivíduos que estão na área rural e em seu lugar original de residência;
- C) *Hukou* não local e não agrícola:** indivíduos originários de cidades e que migraram, geralmente para outras áreas urbanas;
- D) *Hukou* não local e agrícola:** indivíduos originários de áreas rurais e que migraram, principalmente para áreas urbanas.

Podemos perceber que os dois últimos tipos de *hukou* são os que representam indivíduos migrantes, pelo fato de já não estarem em seu local de origem. O tipo que aqui denominamos com a letra D, não local e agrícola,

corresponde à grande maioria dos migrantes chineses, pois são aqueles que praticam o êxodo rural e, por terem *hukou* agrícola, não têm direito a uma série de serviços básicos nas cidades, conforme já explicamos.

Embora tanto o tipo C quanto o tipo D representem fluxos migratórios, para as autoridades chinesas apenas o tipo C equivale de fato a uma migração “propriamente dita”. Mas, para elas, a transferência formal do indivíduo só ocorre quando há transferência de localidade no *hukou*. No início da implantação do sistema *hukou*, essa possibilidade de transferência era nula. Posteriormente, com sucessivas reformas no sistema, alguns migrantes passaram a ser autorizados pelo Estado e por essa razão puderam ter o seu *hukou* de residência alterado – essa mudança se chama *nongzhuanfei* e é rigorosamente controlada.

No tipo de migração com a letra C (indivíduos originários de cidades e que migraram, geralmente para outras áreas urbanas), a mudança de *hukou* pode existir com maior facilidade. Neste caso, há uma atualização do registro residencial, geralmente urbano antes e depois da migração. Já o tipo D (indivíduos originários de áreas rurais e que migraram, principalmente para áreas urbanas), o governo considera uma migração informal, pois o camponês não deveria migrar e não foi autorizado a fazê-lo. Para formalizar essa migração, seria necessário alterar o *hukou* do camponês de agrícola para não agrícola, o que é mais complexo e depende de uma série de critérios.

Conforme Kam e Buckingham, antes das reformas do sistema no fim dos anos 1990, o *nongzhuanfei* (a tal conversão de registro de rural para urbano ou vice-versa) só era concedido nos seguintes casos: empregados recrutados para um empreendimento estatal; pessoas cujas terras foram expropriadas pelo Estado; pessoas recrutadas para estudos; promovidos para posições administrativas; realocados por questões familiares excepcionais (parente enfermo, por exemplo); alistados no Exército; casos especiais (vítimas de erros do Estado, por exemplo); e, em raros casos, pessoas que se destacaram no trabalho ou por atos de coragem e bravura. O caminho inverso também é possível – de *hukou* urbano para o rural – como forma de punição a criminosos, por exemplo. As reformas de 1990 flexibilizaram um pouco essas concessões, mas não muito, como veremos mais adiante.

Caso a conversão de *hukou* rural para urbano não seja realizada, como é o caso da maioria dos camponeses migrantes, o governo considera a migração apenas um fluxo populacional temporário. Independentemente do período de tempo em que o camponês está na cidade, continua sendo um residente temporário – é necessário, inclusive, ter muito cuidado ao analisar as estatísticas oficiais de migração do governo chinês anteriores a 1982 (quando houve mudanças no censo), pois os migrantes sem *hukou* urbano são elencados como “população flutuante”.

Tabela 1: Dupla economia e dupla sociedade na era pré-reformas	
ECONOMIA	
INDUSTRIAL	AGRÍCOLA
<ul style="list-style-type: none"> - Setor de prioridade - Controlado pelo Estado - Apoio e controle estatais - Lucro monopolizado por meio de trocas desiguais entre setores 	<ul style="list-style-type: none"> - Setor sem prioridade - Não controlado pelo Estado - Independência - Fornecedor de recursos baratos para o setor estatal
SOCIEDADE (baseada na classificação de <i>hukou</i>)	
MORADORES “NÃO AGRÍCOLAS”	MORADORES “AGRÍCOLAS”
<ul style="list-style-type: none"> - Estabilidade política e controle - Emprego e bem-estar social providos pelo Estado - Entrada restrita 	<ul style="list-style-type: none"> - Independente e sujeito a menos controle central - Emprego e bem-estar social baseados na coletividade local - Ligado à terra e à agricultura

FONTE: KAM, LI, p.14

Para o governo, é “população flutuante” todo indivíduo que não migrou de fato, oficialmente falando (SOLINGER, 1998, p.15). Essa definição está baseada na ideia de que os “flutuadores” não receberam um registro de residência oficial no lugar onde estão residindo. A principal característica dessa população é a de que “ela flutua e se movimenta”, de modo que ela não é e não vai se tornar um grupo estabelecido permanente. Segundo Solinger, as três condições para fazer parte da população flutuante são: ter cruzado uma fronteira territorial administrativa; não ter alterado seu registro permanente (o

hukou); e, pelo menos teoricamente, “flutuar para dentro e para fora” de um determinado território.

São duas as imprecisões práticas do conceito de população flutuante usado pela China: a primeira é o fato de que ela também inclui turistas, pessoas que visitam parentes em outras cidades, profissionais a trabalho, entre outros; a segunda é o fato de que todas as políticas públicas e projetos colocados em prática pelas agências do governo são baseados nos números da população permanente, e não nos de população flutuante, excluindo, portanto, os migrantes informais. Embora a partir de 1982 o censo chinês tenha passado a incluir como “migrante” todo cidadão que habita há mais de um ano um local diferente do seu registro de origem, no dia a dia este indivíduo ainda acaba sendo percebido e tratado como uma pessoa de fora, um *outsider*.

Mesmo com a reforma do sistema de *hukou* no fim dos anos 1990, da qual falaremos a seguir, este modelo de divisões e funcionamento permanece praticamente sem mudanças até hoje, por causa das disparidades significativas entre os setores não agrícola e agrícola (KAM, LI, p.27).

1.3 Reformas anteriores

As reformas do *hukou* começaram a ser implantadas pelo governo chinês apenas 20 anos depois da criação do sistema, a partir de 1978. As principais mudanças ocorreram, portanto, nos anos 1980 e 1990, quando o governo relaxou um pouco as regras para transferência de *hukou* rural para urbano, isto é, o *nonzhuangfei*. A necessidade de fazer alterações foi percebida após a abertura dos mercados na China no fim dos anos 1970. Era preciso prover mão-de-obra às cidades e o aumento expressivo da mobilidade populacional no país, independentemente das restrições do *hukou*, pressionou as autoridades a repensar o sistema (KAM, BUCKINGHAM, 2008, p.592).

(...) a cada vez mais clara a incompatibilidade entre um gerenciamento burocrático da migração e uma economia e sociedade mais e mais mercantilizada trouxe a percepção desesperadora da dificuldade de dominar por imposição o movimento de fazendeiros que emigravam para as cidades. Mesmo aqueles órgãos administrativos e regionais que foram os mais obstinadamente regulatórios e que se esforçaram

primeiramente em conter e controlar o movimento dos camponeses em seu território por meios de comando, se viram cada vez mais impotentes. (SOLINGER, 1999, p. 99)

No fim dos anos 1980 e no início dos anos 1990, as normas do *hukou* se tornaram um pouco menos rigorosas, conforme a China foi assumindo reformas econômicas que permitiram uma abertura maior dos mercados e uma preocupação menor com a questão alimentar nas grandes cidades (GOLDMAN SACHS).

A entrada de migrantes rurais em cidades maiores se tornou um fenômeno mais e mais comum numa economia cada vez mais conduzida pelo mercado. A partir do fim dos anos 1990 e na última década, vimos reformas graduais do sistema *hukou*, mas principalmente em pequena e isolada escala. Certas cidades começaram a conduzir testes seletivos com base em suas situações e necessidades específicas. (2011, p.2)

As primeiras reformas ocorreram por meio de uma descentralização na decisão sobre o *hukou* para os governos locais de cada jurisdição, que passaram a ter mais poderes para aceitar ou negar a migração “propriamente dita” em seus territórios. É possível verificar diretivas aprovadas pelo Conselho Estatal chinês permitindo que autoridades das cidades concedessem *hukou* local permanente ou semipermanente para investidores e outros profissionais que tinham trabalho estável e residência fixa na cidade. Vemos na **Tabela 2** que, após essa mudança, o migrante passou a requisitar a alteração de *hukou* em apenas uma etapa, e não mais em duas, que envolviam tanto o governo central quanto o local.

Tabela 2: Procedimentos de aprovação para migração de <i>hukou</i>			
Processo	Autoridade aprovadora (e responsabilidade fiscal pelos migrantes)	Antes da reforma do <i>nongzhuanfei</i>	Após a reforma do <i>nongzhuanfei</i>
Passo 1: <i>nongzhuanfei</i> (de agrícola para não agrícola)	Governo Central	Essencial	Não necessário
Passo 2: obter o <i>hukou</i> local (de não local para local)	Governo Local	Geralmente sucedia a aprovação do <i>nongzhuanfei</i>	Essencial

FONTE: KAM, BUCKINGHAM, 2008, p.591

Desde as primeiras reformas, novas mudanças foram pensadas e apenas algumas adotadas. Em 1992, foi estabelecido pelo Conselho Estatal chinês um grupo de trabalho envolvendo autoridades de diversos ministérios e comissões governamentais, que, em 1993, apresentou um rascunho de propostas de reforma do *hukou*. Entre as sugestões levantadas estavam a extinção do *nongzhuanfei* e uma simplificação no sistema, que em vez de levar em conta dois critérios (agrícola/não agrícola; local/não local), seria único, baseando-se apenas na localização de residência. Também aumentaria o poder de decisão dos governos locais. Embora essas propostas nunca tenham sido integralmente adotadas, serviram de diretrizes para novas políticas nacionais do *hukou* e para experiências em áreas específicas do país, conforme Kam e Buckingham.

A extinção do *nongzhuanfei*, que, vale lembrar, é a troca de agrícola para não agrícola para formalizar a migração, foi instituída apenas em âmbito experimental no fim da década de 1990. Mas, segundo Kam e Buckingham, no início dos anos 2000, unidades administrativas provinciais como as de Guangdong, Zhejiang, Guangxi, Xangai, Hebei, Henan e Jiagsu anunciaram que estavam começando a eliminar o *nongzhuanfei*. Entretanto, é importante notar que até hoje essa extinção só vale para os casos em que a migração ocorre dentro de uma mesma jurisdição. Por exemplo, nestas regiões, se um camponês sair de um vilarejo rural e se mudar para uma cidade dentro da mesma jurisdição, terá de mudar o *hukou* de não local para local, sem necessidade de convertê-lo de agrícola para não agrícola. Na verdade, na maioria das províncias onde essa possibilidade é aceita, o processo de urbanização já está bastante avançado, de modo que poucos habitantes atuam de fato em atividades rurais. De qualquer forma, se a migração ocorrer entre províncias, ainda hoje é necessário passar pelo *nongzhuanfei*, concedido pelos governos locais conforme critérios independentes do governo central.

Ou seja, com um maior poder de decisão a partir das primeiras reformas, os governos locais passaram a utilizar critérios próprios para fazer o *nongzhuanfei*, variando de região para região. Também cabe aos governos locais determinar as cotas anuais de conversão de *hukou*, anteriormente estabelecidas pelo governo central. É curioso notar que, em alguns casos, a mudança de *hukou* agrícola para não agrícola passou a ser vendida,

beneficiando principalmente os mais ricos. Aliás, desde o começo das reformas, um dos principais objetivos era facilitar a migração formal de investidores para as cidades, além de outras pessoas com mais dinheiro e patrimônio, em meio à abertura comercial e a expansão dos mercados chineses.

É possível verificar no **Gráfico 2**, extraído de um *paper* da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que o crescimento significativo da população chinesa a partir dos anos 2000 ocorreu principalmente nas cidades, num período em que a urbanização se acentuou.

Com o fim do racionamento de grãos alimentícios na maior parte da China, o rótulo do *nongzhuanfei* perdeu muito de sua significação substantiva e simbólica na migração de *hukou*. A nova forma introduzida pelo Ministério de Segurança Pública (MPS) não incluiu a classificação de *hukou* não agrícola e agrícola, embora dados da população categorizados entre agrícola e não agrícola continuem sendo registrados em vários anuários estatísticos oficiais, inclusive em publicações do Censo de 2000. (KAM, BUCKINGHAM, 2008, p.593)

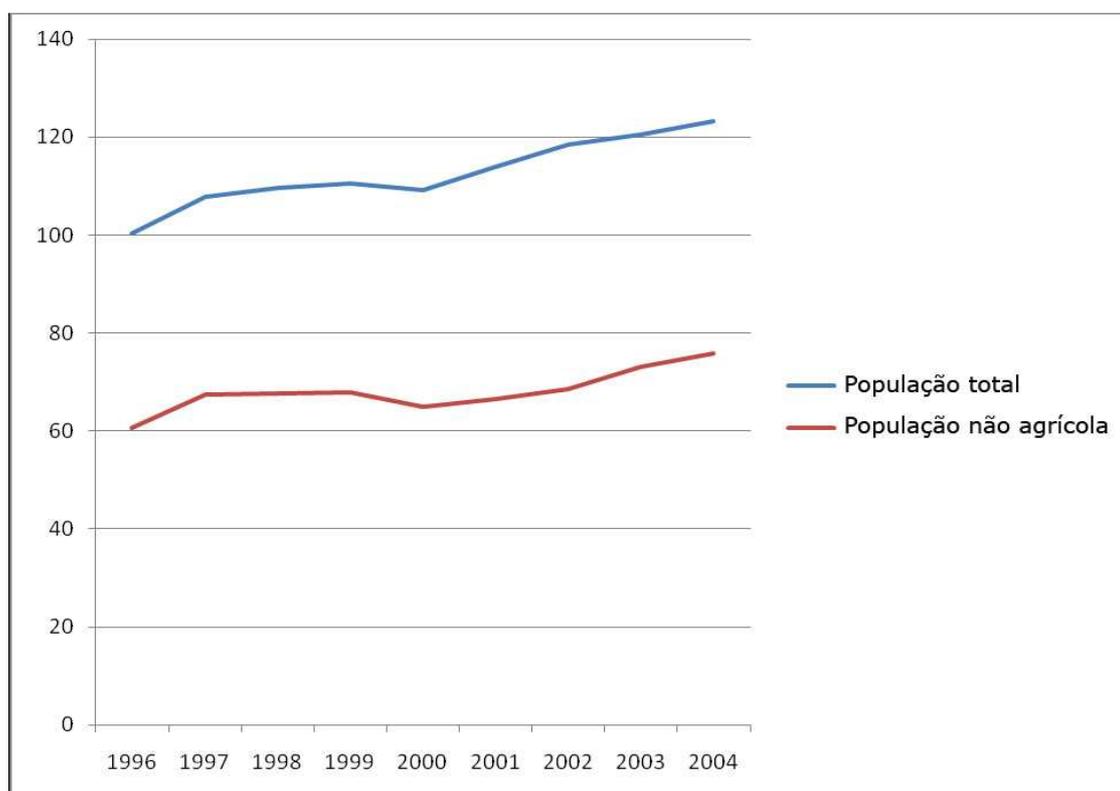


GRÁFICO 2: TAMANHO DA POPULAÇÃO EM UMA CIDADE MÉDIA DA CHINA 1996-2004 (EM 10.000 PESSOAS)

FONTE: OECD - CHINA URBAN SOCIOECONOMIC INDICATORS DATABASE, APUD YASHENG, 2010

Sendo assim, Kam e Buckingham notam que nenhuma das reformas do *hukou* realizadas até hoje favoreceu de fato o típico migrante pobre camponês que se muda para as grandes cidades, cujo perfil geralmente é o seguinte: idade entre 15 e 34 anos, educação básica ou mediana e detentor de um *hukou* agrícola. Segundo eles, em grandes cidades, o novo *hukou* é concedido principalmente àqueles que são muito ricos, altamente educados ou que possuem familiares (geralmente cônjuges ou filhos) nas cidades.

Para ilustrar, em suas regulamentações de 2005 para obtenção de *hukou* permanente, a cidade de Shenzhen estipula que os três grupos seguintes de pessoas vivendo na cidade são aptos a pedir um *hukou* local: profissionais e aqueles com diploma universitário; grandes investidores; aqueles aptos à migração para as cidades sob políticas nacionais especiais (como membros de famílias “divididas” em que a família detém *hukou* local e reside em Shenzhen; e militares desmobilizados. (Idem, p.595)

A **Tabela 3** (p. 25), do banco Goldman Sachs, resume determinadas características da evolução do sistema desde 1958 até 2010. Vemos que as primeiras reformas começaram a ser implantadas apenas em 1978. Nota-se, ainda, que as reformas mais significativas começaram em 1997, quando a abertura dos mercados e o foco no desenvolvimento econômico exigiram certo adensamento populacional nas cidades menores.

Tendo essa visão geral como panorama de fundo, é relevante apresentarmos a seguir algumas críticas feitas ao sistema de *hukou* por estudiosos, políticos e pela imprensa local, além de propostas de reforma apresentadas recentemente. A maioria delas envolve uma preocupação com a eliminação das desigualdades sociais entre cidade e campo na China. Tais informações serão de essencial importância para este trabalho quando, nos próximos capítulos, buscaremos levantar eventuais relações entre o *hukou* e o crescimento econômico da China.

Tabela 3: Evolução do sistema *hukou* desde 1958

Ano	Reforma
1958	<p>Estabelecimento formal do sistema <i>hukou</i> pelo Congresso do Povo, para restringir uma “inundação” da população rural nas cidades. O objetivo era proteger a produção agrícola e a assegurar trabalho nas cidades. Restrições inclusas:</p> <ul style="list-style-type: none"> - migração de aldeias e vilas para cidades menores e de cidades menores para grandes cidades. Mas o sentido inverso (de cidades grandes para pequenas) era permitido; - restrições se estendiam para todos os familiares e parentes (pais e filhos); - liberações de alimentos conforme o tipo do <i>hukou</i>.
1978	Início das reformas econômicas na China; implantação mais branda do <i>hukou</i> – mais trabalhadores rurais são liberados para ir às cidades gradualmente.
1984	Conselho Estatal relaxa efetivamente a permissão para que trabalhadores migrantes vivam nas cidades e reduz os benefícios ligados ao <i>hukou</i> (a alocação de alimentos e empregos passa a ser conduzida pelo mercado).
1997	<p>Experiências de reforma em pequenos municípios. Eles são priorizados porque:</p> <ol style="list-style-type: none"> a) precisam de mais concentração populacional para apoiar o desenvolvimento econômico; b) precisam de menos discrepância entre os sistemas de bem-estar social de pequenos municípios rurais e os urbanos, tornando a transição mais suave.
Fim dos Anos 1990	<p>Cidades maiores autorizam seletivamente que um pequeno número de novos <i>hukous</i> seja emitido para:</p> <ol style="list-style-type: none"> a) parentes próximos (esposas, etc); b) aqueles que compram casas e realizam investimentos superiores a certa magnitude; c) talentos especiais; <p>Para alguns são emitidas “permissões de residência” ou “<i>hukou</i> de selo azul”, que dão menos direitos. Algumas cidades permitem que o <i>hukou</i> seja emitido após 7 anos ou mais da concessão da “permissão de residência”.</p>
2001	Permite-se formalmente a migração de residência para cidades menores levando em conta “residência legal, trabalho estável e recursos para sobrevivência”.
A partir de 2002	Início das experiências de reforma do <i>hukou</i> em cidades maiores de Guangzhou e Harbin.
2009	Comitê Central de Trabalhos Econômicos inclui a reforma do <i>hukou</i> na lista de suas prioridades para o ano de 2010.
2010	Reunião do Conselho Estatal liderada pelo primeiro-ministro Wen Jiabao formaliza a reforma do <i>hukou</i> como agenda essencial. Várias cidades e províncias aceleram as reformas formalmente ou numa base experimental.

FONTE: GOLDMAN SACHS, 2011, P.3

1.4 Problemas sociais do *hukou*

A maioria das propostas de reforma do *hukou* recentes se concentra principalmente no aspecto social, considerando as consequências das restrições impostas pelo controle de migração. Vimos que, mesmo após sucessivas readequações, nas grandes cidades como Pequim, Xangai, Guangzhou e Nanjing, os governos locais concedem *hukou* permanente sobretudo a indivíduos que são muito ricos, como investidores ou pessoas capazes de comprar imóveis na cidade; a profissionais altamente educados; ou àqueles cujos parentes imediatos, geralmente cônjuges ou filhos, têm *hukou* urbano.

Entretanto, as duas primeiras categorias não se enquadram no perfil do trabalhador rural, enquanto a terceira é um caso raro entre os camponeses. Ou seja, apesar das diversas reformas realizadas no sistema *hukou* ao longo dos anos, percebe-se que a principal delas, a reforma do *nongzhuanfei*, não foi capaz de eliminar o tratamento inferior conferido aos migrantes rurais que vivem nos grandes conglomerados urbanos da China. Segundo Kam e Buckingham, as exigências estabelecidas localmente nas cidades não têm relevância para a grande maioria dos migrantes camponeses rurais.

A nova prática atual, no entanto, é quase que totalmente voltada para os super-ricos e os altamente educados e é irrelevante para o camponês comum. Em outras palavras, a mudança de um mecanismo de *nongzhuanfei* centralizado para condições de entrada decididas localmente teve muito pouco efeito sobre o trabalho dos migrantes rurais nessas cidades. (2008, p.595-596)

Outra crítica que frequentemente se faz ao *hukou* é justamente o fato de que, como já mencionamos, o sistema priva os migrantes rurais sem registro urbano dos direitos garantidos aos cidadãos da cidade. Acompanhamos as notícias publicadas pela agência de notícias estatal *Xinhua News* na internet em 2011 e o *hukou* é um dos temas sociais mais citados. Optamos por acompanhar a *Xinhua* porque é o principal veículo internacional de comunicação oficial, usado como referência para outras grandes agências de notícias estrangeiras (*Reuters*, *Bloomberg*, *Associated Press*, *France Presse*, *Dow Jones*, etc).

Em reportagem publicada no dia 27 de março, a agência *Xinhua* cita o vice-diretor do Grupo de Liderança sobre Trabalho Rural do Comitê Central do

Partido Comunista da China, Chen Xiwen. Ele diz, em um fórum realizado em Xangai, que “embora um exército de pessoas tenha se mudado do campo para viver nas cidades nos últimos anos, eles não são tratados como moradores da cidade”. A *Xinhua* explica que muitos trabalhadores precisam voltar para o campo para se aposentar, criar filhos ou tratar doenças, já que suas pensões limitadas não cobrem o alto custo de vida nas cidades. O direito à educação também é bastante restrito.

A qualquer indivíduo vivendo em uma cidade chinesa sem o registro urbano foi negada a educação obrigatória gratuita, (ele) foi privado de muitos dos privilégios que acompanhavam o emprego permanente em fábricas estatais; normalmente não poderia receber cuidados de saúde gratuitos e sequer poderia ser recrutado pelo Exército em sua residência urbana. Sem o *hukou*, os migrantes eram estrangeiros virtuais dentro das cidades de seu próprio país. (SOLINGER, 1999, p.4)

Aliás, o problema educacional derivado das restrições do *hukou* vem sendo um dos mais discutidos nos últimos anos na China, conforme relatado na mídia estatal. Os migrantes muitas vezes têm de pagar para que seus filhos possam estudar, mesmo os nascidos na cidade, enquanto os filhos de residentes plenamente urbanos têm acesso gratuito à educação básica – pois o *hukou* restringe o acesso à educação às áreas onde os pais estão registrados.

De acordo com reportagem publicada pela *Xinhua* em 1º de setembro de 2011, 11,67 milhões de filhos de trabalhadores migrantes provenientes de áreas rurais estão atualmente recebendo educação obrigatória nas cidades, um aumento de 12,7% em relação ao ano anterior. Deste total, 79,2% delas frequentam aulas em escolas públicas. No entanto, boa parte dessas escolas exige que os pais paguem “contribuições” para que os filhos sejam matriculados, embora o Estado proíba esse tipo de prática desde 2008.

Em agosto, a *Xinhua* informou o fechamento de 24 escolas de filhos de migrantes nos distritos de Haidian, Chaoyang e Daxing, em Pequim. O fechamento ocorreu poucos dias antes do início do ano letivo, prejudicando 14 mil alunos. Algumas escolas foram demolidas. O motivo alegado pelo governo foi a precariedade nos padrões de segurança da construção e das instalações esportivas. Segundo a agência de notícias estatal, isso provocou um amplo debate sobre a discriminação dos migrantes.

Outro exemplo prático da influência do *hukou* na questão educacional, relatado pela *Xinhua* em 8 de junho de 2011, se refere ao exame nacional chinês para que os estudantes tenham acesso à universidade, o chamado *gaokao* – uma espécie de vestibular unificado nacional, que envolve cerca de 9 milhões de estudantes todos os anos. Diz a reportagem:

Apesar do desempenho acadêmico excepcional em um dos melhores colégios de Pequim, o estudante Xiao Zhi terá de desistir do exame nacional para entrada na universidade (NCEE), conhecido em chinês como *gaokao*, que está sendo realizado em todo o país, de terça-feira a quinta-feira desta semana.

Xiao Zhi não pode fazer o exame porque seu registro de residencial, ou *hukou*, não está ligado à capital nacional, onde ele e seus pais vivem há 10 anos.

O Ministério de Educação da China (MOE) proíbe formandos do ensino médio de fazer o NCEE em lugares onde eles não têm um *hukou*, independentemente de quanto tempo faça que eles ou suas famílias vivem ali. (WANG, Ruoyao; NI, Yuanjin, 8.jun.2011)

Além disso, crianças e adolescentes que fazem as provas de admissão fora de Pequim precisam tirar notas maiores do que os colegas que vivem na capital, embora todos concorram às mesmas vagas para escolas ou universidades localizadas na cidade. De acordo com reportagem do jornal estatal *China Daily* publicada em 13 de julho de 2011, das 888 mil crianças com idade entre 6 e 14 anos em Pequim, 249 mil estão registradas em outras partes do país. No ano 2000, eram 115 mil, segundo o censo nacional. A maior proporção corresponde a crianças com 6 anos (15% do total).

Desde agosto de 2010, grupos de pais destes estudantes apresentam mensalmente ao MOE propostas de revisão da regra que impede seus filhos de prestarem o vestibular, pois, de acordo com a lei educacional chinesa, todos os estudantes têm direitos iguais ao acesso à educação. Entretanto, as autoridades do governo respondem que “o relaxamento da restrição do *hukou* para os exames do NCEE pode levar a uma entrada massiva de migrantes, exercendo grande pressão nos recursos e no ambiente da cidade”. A *Xinhua* diz, ainda, que crianças e adolescentes que passam por esse tipo de discriminação estão mais suscetíveis a problemas psicológicos. No caso

mencionado na reportagem, do aluno Xiao Zhi, a melhor solução foi estudar nos Estados Unidos.

Outro aspecto prático que tem aparecido frequentemente é a questão imobiliária. Existe na China uma série de restrições para que os migrantes sem *hukou* urbano aluguem ou comprem um imóvel na cidade. Em reportagem publicada em 21 de fevereiro, a *Xinhua* informa que, em meio à forte alta dos preços dos imóveis em todo o país, diante da acelerada economia, muitas cidades chinesas tornaram mais rígidos os critérios para que um cidadão sem *hukou* urbano possa comprar um imóvel na cidade. No início do ano, o Conselho Estatal havia pedido às cidades que dificultassem a venda de imóveis em geral, caso os preços subissem muito rapidamente.

Cerca de dez cidades do país, inclusive Xangai e Guangzhou, pretendiam proibir a compra de dois ou mais imóveis por residentes sem o *hukou* local e que já têm uma casa. Além disso, essas famílias precisam comprovar formalmente, com vários documentos, que pagaram imposto de renda e tarifas de seguridade social na cidade por pelo menos um ano. Caso contrário não podem comprar nem a primeira casa. Em Pequim, o novo critério é ainda mais rígido, e compreende cinco anos de comprovação destes pagamentos. A *Xinhua* recorda que, em dezembro de 2010, os mesmos critérios foram adotados por Pequim para as compras de novos carros. Segundo o último censo nacional, realizado em 2010, Pequim tem 19,6 milhões de habitantes – 44,5% a mais do que uma década atrás – e, deste total, 7,045 milhões de pessoas são originárias de outras partes do país, o que equivale a 35,9% do total de residentes na cidade, conforme reportagem do *China Daily* de 6 de maio de 2011.

Até mesmo o programa de “construção social” de novas casas pelo governo beneficia mais os cidadãos que têm o *hukou* urbano. Até 10 de outubro, quase 10 milhões de unidades haviam sido construídas por meio de um plano do governo que também visa a reduzir o déficit habitacional na cidade e conter a alta dos preços dos imóveis. Como os migrantes que não têm *hukou* urbano não são considerados moradores das cidades, ficam excluídos do acesso a essas moradias.

É curioso notar que, por não poderem adquirir livremente imóveis, mesmo que tenham o dinheiro necessário, os detentores de *hukou* rural muitas

vezes são obrigados a recorrer ao aluguel – cujos preços também subiram fortemente, conforme reportagem de 9 de setembro da *Xinhua*, que menciona o caso de um homem de sobrenome Zhao, morador de Pequim.

Depois de trabalhar em Pequim por mais de cinco anos, o sonho de Zhao e sua esposa, de ter um apartamento, foi destruído quando o governo municipal implantou uma restrição para compra de casas, num esforço para estabilizar a corrida dos preços dos imóveis residenciais.

“Por anos, não tínhamos o suficiente para pagar uma casa. Mas quando chegamos ao nosso sonho, fomos forçados a parar porque não temos *hukou* e não podemos fornecer certificação de cinco anos consecutivos de impostos pagos”, disse Zhao, que é da província de Gansu, no noroeste da China.

Como Zhao, milhares de outros trabalhadores de colarinho branco não têm *hukou* em Pequim, ou permissão residencial emitida pelo governo da China, limitando seu acesso a benefícios sociais em cidades onde não estão registrados, e dificultando ter uma casa fora da área onde têm o *hukou*. (HU, Tao; LIU, Debing, 9.set.2011)

Uma das formas encontradas pelos migrantes sem *hukou* urbano é recorrer a um mercado negro de venda de *hukous*, voltado especialmente para estudantes do ensino superior. É comum encontrar anúncios em murais de universidades e também na internet, prometendo um acordo para a obtenção do novo *hukou*, por preços que vão de 150 mil a 300 mil yuan (US\$ 23,2 mil a US\$ 46,4 mil), segundo reportagem publicada em 11 de julho pela *Xinhua*, elaborada pelo jornal estatal *China Daily* e ilustrada com a figura “A difícil ascensão” (vide Anexos, p.85). Os “vendedores” de *hukou* muitas vezes conseguem fraudar documentos e vincular o migrante aos quadros de uma empresa estatal, por exemplo, de modo que ele possa entrar nas cotas de transferência de *hukou*. Entretanto, até mesmo os “vendedores” têm critérios para selecionar os clientes: geralmente negociam com recém-formados de importantes universidades nacionais, disfarçando, assim, a fraude. Além disso, muitas vezes esses anúncios são golpes, de modo que o “vendedor” desaparece após receber parte do pagamento.

Por fim, vale recordar que o acesso aos serviços de saúde também é bastante limitado para os detentores de *hukou* rural que vivem em cidades. De acordo com o *paper* do Goldman Sachs, “a cobertura básica nacional de saúde

favorece significativamente aqueles que têm *hukou* urbano e estão empregados” (p.6). Os detentores de *hukou* rural recebem uma fração do que os cidadãos urbanos recebem. Além disso, como o *hukou* determina a localização onde os serviços devem ser prestados, muitos trabalhadores migrantes não conseguem acesso aos serviços de saúde fora de seus vilarejos rurais.

As práticas mencionadas aqui foram as mais citadas pela agência *Xinhua* e pelo jornal *China Daily* ao longo de 2011, em diversas reportagens. São problemas que ganharam destaque no contexto do acelerado crescimento econômico do país. Percebe-se que geralmente os textos da *Xinhua* são conduzidos a partir de um ponto de vista crítico sobre o *hukou*, o que evidencia a constante reflexão das autoridades chinesas sobre o tema. Tudo isso tem a ver com a forma e com os objetivos da implantação do *hukou* originalmente, cuja manutenção atualmente é questionável, conforme recorda Solinger:

Por meio do *hukou*, as regulações dos anos 1950 estabeleceram fronteiras em torno dos camponeses como um todo, refazendo seus membros, aos olhos dos cidadãos urbanos, como ‘outros’, subalternos. Assim, os camponeses da China se tornaram membros de uma classe ou grupo de *status* inferior, e o camponês genérico agora era especificamente estimulado a não migrar. Além disso, a migração legal ocorreu totalmente numa dimensão determinada pelo Estado e baseada em ‘classe’ que a China não possuía antes. (1999, p. 36)

Se do ponto de vista social o *hukou* é tão problemático, afinal o que justifica sua manutenção? Adiantamos que, neste estudo, pretendemos apresentar mais à frente o aspecto econômico como um grande motivo pelo qual as reformas do *hukou* ainda não foram além das adaptações regionais. Sequer foi cogitado pelas autoridades, ao menos não oficialmente, extinguir o controle de migração. Depois de recordar algumas características da economia chinesas, veremos o que contribui para a manutenção do *hukou*.

1.5 Novas propostas de reforma

Em 1º de março de 2010, 13 jornais que circulam em grandes cidades da China divulgaram um mesmo editorial, numa rara iniciativa conjunta,

criticando o sistema de registro *hukou* e propondo novas reformas, visando a reduzir as desigualdades entre cidadãos da zona rural e da zona urbana. “Acreditamos que as pessoas nascem livres e deveriam ter o direito de migrar livremente, mas os cidadãos ainda são inibidos por más políticas, criadas na era da economia planejada, e que são (agora) inadequadas”, diz o texto, que em poucas horas foi removido dos sites por autoridades do governo.

Segundo reportagem do norte-americano *The New York Times* (2010) intitulada *Chinese Editorials Assail a Government System* (“Editoriais chineses atacam um sistema do governo”), o texto afirmava que “o sistema é anacrônico e perturba nossas grandes massas atualmente”. Acrescentava que a China “chegou a um ponto em que a raiva das pessoas não pode ser dominada, a menos que haja uma reforma no sistema”. O apelo foi feito alguns dias antes de uma importante reunião do Conselho Estatal. O editorial pedia que o Congresso Nacional do Povo e a Conferência Consultiva do Povo Chinês acelerassem as reformas para a extinção gradual do *hukou*.

Solinger recorda que os debates sobre a reforma do registro residencial *hukou* começaram ainda nos anos 1980, na medida em que se discutiam as medidas para abertura gradual dos mercados. Em meados de 1989, quando cerca de 500 milhões de pessoas receberam carteiras de identidade, falava-se na substituição do *hukou* como principal documento pessoal. Além disso, o papel do sistema de conter a população rural perdeu força com as reformas de Deng Xiaoping, pois os camponeses passaram a ter acesso a produtos antes exclusivos das cidades, já que para obtê-los basta ter dinheiro para comprá-los.

O governo chinês reconhece a necessidade de reformar o *hukou*. Em fevereiro de 2012, o Conselho Estatal afirmou que o governo central está tentando encontrar formas de tornar a vida dos migrantes mais fácil. Mas também é muito comum ver autoridades exaltando a existência do sistema. É recorrente atribuir a ele o fato de que a China não tem favelas como o Brasil e a Índia, outros dois países emergentes com crescimento econômico acelerado em relação ao resto do mundo. Além disso, é grande a resistência dos cidadãos urbanos, que encontram no camponês uma espécie de concorrente na busca por emprego e outros recursos mais ou menos escassos nas cidades. Em 1995, o Ministério de Segurança Pública, uma das frentes de discussão sobre o problema, afirmou que

Há uma necessidade de reforma do sistema de gerenciamento de residências e mais trabalho na relativa frente legal. Mas não se pode partir do princípio de que podemos ficar sem o sistema de registro de residência e de que o papel da caderneta residencial não é mais significativo (*apud* SOLINGER, 1999, p. 97)

De qualquer forma, no último *Lianghui*, a reunião anual realizada pelo Congresso Nacional do Povo e a Conferência Política Consultiva do Povo Chinês – realizado em março de 2011 – a reforma do *hukou* foi um dos temas mais discutidos. O relatório da consultoria chinesa Brunswick Group sobre a reunião resume os principais pontos do debate oficial:

Ênfase significativa continua sendo destinada à resolução das questões do trabalho dos migrantes. Merece especial destaque neste ano (o fato de que) autoridades se comprometeram a conceder aos trabalhadores migrantes permissões residenciais urbanas, se eles tiverem trabalhos estáveis e se viverem em cidades durante alguns anos. (...) Além disso, programas serão lançados para resolver a remuneração, a escolaridade para crianças migrantes, a saúde pública, o aluguel de casas e a seguridade social. Os anos anteriores se concentraram em garantir emprego aos migrantes, gerenciar expropriação forçada de residências e (promover) a proteção contra invalidez. Dando continuidade aos anos anteriores, as autoridades manifestaram a importância do igual acesso à educação obrigatória para filhos de trabalhadores migrantes nas cidades. (2011, p.7-8)

Um documento sobre problemas rurais, publicado em fevereiro pelo comitê central do Partido Comunista da China e o Conselho Estatal prometeu mais esforços no sentido de uma integração entre as zonas rural e urbana e mais iniciativas que aprofundem a reforma do registro residencial – conforme reportagem da *Xinhua News*, publicada em 8 de fevereiro de 2011. O texto dizia que era necessário implantar uma política para relaxar o sistema *hukou* e permitir que mais pessoas, principalmente trabalhadores migrantes, se estabelecessem em cidades pequenas, médias e até grandes, oferecendo-lhes os mesmos direitos daqueles usufruídos por moradores urbanos. O vice-coordenador do Departamento de Desenvolvimento da Agricultura e do País da Universidade de Renmin da China, Zheng Fengtian, citado na reportagem, declarou que “foi a primeira vez em que o sistema *hukou* constou no documento político de forma explícita, com uma ênfase principal”. Especialistas acreditam que o documento tenha levado os governos locais a analisar o sistema com mais cuidado.

Outra reportagem publicada pela *Xinhua News* em 28 de novembro de 2010 mostrou que o governo da cidade de Chengdu, capital da província de Sichuan, anunciou o objetivo de uniformizar o sistema de registro das famílias para camponeses e cidadãos urbanos, num primeiro passo para eliminar as diferenças entre as duas categorias. A partir de 2012, ambos serão registrados por meio do mesmo sistema, listados conforme um número de identificação. A partir de então, todos passariam a receber os mesmos direitos e poderiam se movimentar livremente do campo para a cidade – mas essa alteração é um exemplo das mudanças que ocorrem apenas dentro da mesma província, como já ponderamos anteriormente. Mesmo assim, Chengdu será a primeira cidade a acabar formalmente com a diferenciação entre camponeses e cidadãos urbanos.

Para o problema da educação que relatamos no item anterior deste capítulo, cidades como Pequim e Xangai devem deixar de exigir que os estudantes tenham obrigatoriamente de retornar às suas localidades de origem para poder fazer exames de entrada nas universidades, de acordo com o Ministério da Educação do país. Entretanto, ele ponderou que essa reforma deve ocorrer apenas nestas duas grandes cidades, não em todo o país, pois já envolve um expressivo número de migrantes. Segundo o ministro Yuan Guiren, as características das populações migrantes variam de região para região e por esse motivo não se pode generalizar a mudança, de acordo com reportagem da *Xinhua News* publicada em 8 de março de 2011. Também foi proibida nacionalmente a cobrança de tarifas escolares para filhos de camponeses.

A alteração mais recente no sistema, anunciada em fevereiro de 2012 pelo Conselho Estatal, permite que camponeses que vivem na cidade peçam uma mudança de *hukou* se tiverem empregos e renda estáveis. Conforme reportagem do *China Daily* publicada em 27 de fevereiro de 2012, o documento oficial também permite que cidadãos que trabalharam por três anos em cidades muito grandes possam se registrar como cidadãos urbanos. O documento diz que novas mudanças precisam ser feitas no que diz respeito ao emprego, à educação obrigatória e ao treinamento profissional, de modo que o *hukou* não pode ser um meio de exclusão social.

Porém, percebe-se nesses exemplos que as prioridades das reformas do *hukou* estão voltadas principalmente para chineses que já migraram do

campo para as cidades. Programas-piloto vêm sendo realizados em cidades como Xangai, Shenzhen e Guangzhou, onde os governos começaram a conceder permissões de residência permanente e acesso a serviços sociais a trabalhadores não locais que vivem nas cidades.

Mesmo que graduais, as reformas do *hukou* podem representar um papel significativo na melhora da distribuição de renda, uma meta que vem ganhando força recentemente, como relata o norte-americano Goldman Sachs. De acordo com o presidente do Instituto de Desenvolvimento Social do Conselho de Defesa dos Recursos Naturais (NRDC), Yang Yiyong, citado no *paper* do banco, o atual regime de separação entre cidadãos rurais e urbanos é provavelmente responsável por 60% da disparidade de renda na China (2011). Outras questões como os monopólios, a corrupção e demais causas comumente citadas representam papéis comparativamente menores, segundo Yang. O Goldman Sachs argumenta que uma equalização do acesso a postos de trabalho, direitos educacionais e proteção social expandiria o consumo, especialmente no setor de serviços – e aqui já encontramos alguma relação do *hukou* com a economia que pretendemos explorar mais à frente neste trabalho, retomando o argumento.

“Mas como realizar uma reforma genuína do *hukou*?”, questiona o geógrafo Kam Wing Chan (2010), da Universidade de Washington. Afinal, “qual seria um bom ponto de partida?”

Kam e outros especialistas sugerem que seja concretizada uma abertura maior para trabalhadores rurais migrantes capacitados, com alguma formação profissional e que estão vinculados a empregos regulares, tanto em pequenas quanto grandes cidades. Segundo ele, a China precisa desses trabalhadores para agregar valor à indústria, e algumas regiões, como as cidades costeiras, enfrentam carência de mão-de-obra qualificada para, por exemplo, operar máquinas mais sofisticadas. Outra vantagem é a de que os trabalhadores mais capacitados costumam ganhar mais e, portanto, ajudariam a financiar as redes de assistência social nas cidades com suas contribuições. “Da parte dos trabalhadores, um *hukou* local permitiria que eles recebessem benefícios de saúde, aposentadoria e emprego, e os habilitaria a mandar seus filhos para escolas locais.”

Todavia, Kam pondera que a reforma mais necessária para o *hukou* – e a mais difícil – é a criação de instituições que promovam a igualdade rural-urbana. Complexa e necessária, define Kam, é uma reforma na lei eleitoral chinesa, para que haja uma maior representatividade dos camponeses no setor público e, conseqüentemente, mudanças na atribuição de seus direitos. Vale lembrar que a China não é uma democracia, mas realiza eleições representativas para governos locais nos distritos e para o Congresso, sempre dentro do Partido Comunista – não vamos detalhar esse sistema político, mas cabe exemplificar brevemente um dos aspectos que nos interessam neste momento.

Conforme a lei atual, para que um representante de um distrito rural seja eleito para um cargo público – o que vai desde o Congresso Nacional do Povo (NPC) até posições no Partido Comunista e na Liga da Juventude –, precisa receber até quatro vezes mais votos do que um cidadão de um distrito urbano (WHYTE, 2010, p. 330). Desse modo, a representação dos cidadãos rurais nas instituições é muito baixa.

Por exemplo, no ano 2000, a província de Anhui, que possuía quase 60 milhões de habitantes na ocasião, conquistou 115 representantes no Congresso Nacional do Povo da China. Já as províncias de Pequim e Tianjin, que somadas tinham população de quase 24 milhões de pessoas, obtiveram 114 representantes, ou seja, quase a mesma quantidade. Esse padrão costuma se repetir nas outras instâncias de governo. Ainda assim, entre os 115 representantes de Anhui, 45% viviam na capital Hefei. Isto é, apenas 13 eram provenientes de um dos mais de 60 dos municípios rurais da província. Em outras palavras, até mesmo entre os representantes tidos formalmente como “rurais”, a maioria não representa de fato os camponeses.

Mais do que isso, a lei eleitoral exige que, para votar, os cidadãos chineses compareçam a seus locais de residência, obviamente determinados no *hukou*. Essa cobrança impede que muitos trabalhadores migrantes possam votar, já que raramente retornam às suas localidades de origem. Sendo assim, o que Kam sugere é verdadeiramente uma nova lei eleitoral que permita aos migrantes votar nos lugares onde vivem, ou seja, nas cidades.

Isso traria direitos a voto alinhados ao método já utilizado para contar a população de uma cidade; a partir de 2005, a Agência

Nacional de Estatísticas contou os migrantes que estão há seis meses ou mais na cidade como população residente (*changzhu renkou*) em muitas de suas estatísticas anuais. Sei que esta questão sobre onde os migrantes rurais vão votar é muito técnica para ser considerada pelas atuais reuniões do NPC. Mas para mim parece que não é uma questão que pode ser adiada para sempre. (...) Se minha segunda sugestão for aceita, então acredito que haverá uma boa possibilidade de fazer uma reforma real do *hukou*. (KAM, 2010)

Enfim, as discussões sobre novas reformas do *hukou* giram em torno dos principais aspectos aqui já relacionados. Nesta etapa do trabalho, quisemos mostrar o quão complexo é o sistema de registro residencial chinês, como ele pode ser utilizado para controlar a migração e quais são algumas de suas manifestações concretas no funcionamento da sociedade chinesa.

Vimos, ainda, que tudo leva a crer que o *hukou* poderá extinto em algum momento, afinal vem passando por reformas desde os anos 1980. Porém, não é possível determinar exatamente quando nem em que termos isso poderá acontecer, dada sua intrínseca e emaranhada presença em diversos níveis desta sociedade. Como dizem Kam e Buckhinham:

Não surpreendentemente, os legados do Maoísmo e do Leninismo, especialmente nas instituições como o sistema *hukou*, têm uma inércia própria que geralmente torna um tanto difícil a mudança real. (...) Em uma visão mais simplista da China, a abolição do sistema *hukou* e a eliminação de restrições sobre os direitos dos migrantes rurais na cidade parecem não apenas lógicas, mas um resultado inevitável da rápida 'transição de mercado' da China. Curiosamente, o sistema *hukou* é definitivamente uma instituição central da economia planejada. (...) Precisamos ser cautelosos para não pressupor essa transição. Em vez disso, devemos examinar as mudanças políticas com base em seu impacto verdadeiro, e não com base no que achamos que a China vai se tornar. (2008, p. 606)

2. CARACTERÍSTICAS DA ECONOMIA CHINESA

2.1 Reformas econômicas de Deng Xiaoping

Antes de apresentar características atuais da economia chinesa e relacionar o crescimento econômico da China com o *hukou*, é preciso esclarecer alguns aspectos das reformas econômicas promovidas pelo governo

de Deng Xiaoping, líder primordial chinês de 1978 a 1992. Sem tais modificações, que abriram a economia para o investimento estrangeiro, a China certamente não seria o que é hoje. Não pretendemos, nesta etapa, entrar em grandes detalhes sobre a história e a política da China (como a repressão militar do governo Deng contra estudantes que protestaram na Praça da Paz Celestial, em 1989), mas simplesmente colocar alguns pontos e informações sobre a economia que se mostram relevantes para o encadeamento de ideias deste trabalho.

Após a morte presidente e líder do Partido Comunista Chinês, Mao Tsé Tung, em 9 de setembro de 1976, as autoridades do governo da China tinham como maior desafio encontrar um equilíbrio entre a modernização e a manutenção da ideologia deixada por Mao. A morte do líder da Revolução Cultural ocorreu pouco depois do falecimento do primeiro-ministro Zhou Enlai (o primeiro a ocupar o cargo), em janeiro do mesmo ano, de modo que o país ficou sem um condutor que representasse a Revolução e, portanto, sem um rumo bem definido. Depois de duas décadas de estagnação econômica e repressão política, a população questionava os representantes do Partido Comunista (BAUM, 1994, p.3).

O sucessor escolhido por Mao para liderar o Partido e o país foi seu homem de confiança, Hua Guofeng, que havia acabado de assumir como primeiro-ministro no lugar de Zhou. Mas, conforme relata Baum (p.4), o período de sua liderança foi marcado por uma intensa disputa intrapartidária. Debates no meio acadêmico disfarçavam uma forte rivalidade entre diferentes facções do Partido. Foi uma crise política que durou mais de três anos após a morte de Mao Tsé Tung.

Durante a transição, Hua, que defendia a ideia de que tudo o que Mao dizia era o melhor para o país e para o povo, tentou sufocar os grupos rivais, que sinalizavam o desejo de flexibilizar medidas adotadas no governo anterior. Deng Xiaoping era secretário-geral do Partido e fazia parte de um desses grupos de oposição interna. Hua tentou enfraquecê-lo e afastá-lo do cargo, acusando-o de ser o responsável por um “incidente contrarrevolucionário” na Praça da Paz Celestial. Influente no Partido, Deng não aceitou a acusação e, após reunir forças contra Hua, foi formalmente considerado inocente.

Enfraquecido, Hua Guofeng e seus apoiadores foram gradualmente demovidos do poder.

Deng Xiaoping assumiu formalmente a liderança do Partido em 8 de março de 1978, embora, mesmo antes de assumir, na prática fosse mais líder do que Hua. Logo que assumiu, propôs uma “segunda revolução” chinesa: reformar o fracassado sistema econômico do país e “abrir-se para o mundo exterior”.

Com Deng no leme e Chen Yun como principal estrategista econômico, os novos líderes da China, sentindo a grande magnitude e urgência da crise confrontando o país, começaram a pensar o impensável. Muitos tinham acabado de ser reabilitados depois de sofrer uma prolongada humilhação pessoal e abusos durante a Revolução Cultural. Constituindo uma força para mudança institucional, os membros líderes desse grupo de reforma começaram a abandonar abertamente componentes essenciais do legado de Mao Zedong (Mao Tsé Tung). Eles repudiaram a Revolução Cultural de Mao, renunciaram à maioria de suas teorias econômicas e restabeleceram praticamente todos os seus opositores expurgados. (BAUM, 1994, p.4)

Em outras palavras, quase todas as ideias sustentadas pelo governo de Mao foram deixadas de lado e substituídas por outras distintas a partir do governo de transição e, de forma mais concreta, quando Deng assumiu. A equipe de Deng Xiaoping defendia incentivos aos sistemas de produção; a descentralização na administração do Estado; a expansão do uso de mecanismos de mercado (chamados eufemisticamente de “métodos econômicos”, segundo Baum); e um envolvimento econômico e tecnológico internacional expressivamente maior. Já Mao, pregava a austeridade, o igualitarismo, o autossacrifício da população, a autoconfiança de seu povo e a perpétua luta de classes.

Entretanto, não se sabia ao certo como fazer as reformas. A coalizão que conduzia o país se dividia entre reformas estruturais profundas e medidas mais cautelosas e conservadoras. Afinal, era preciso manter a ordem pública e a disciplina da população. De acordo com Baum, as autoridades chinesas “divergiam entre si sobre quanta – se alguma – ‘liberalização burguesa’ poderia ser tolerada num país que continuava se autodefinindo como Marxista-Leninista”. A partir daí surgiram expressões como “socialismo com

características chinesas”. Embora o espírito do novo governo fosse capitalista, Deng insistia que a modernização era socialista.

Para evitar uma liberalização completa e a perda de controle da economia e da sociedade, as reformas foram realizadas em ciclos, de modo que um fluxo de medidas de relaxamento (*fang*) fosse logo depois compensado com medidas mais restritivas (*shou*). Ou seja, em muitas ocasiões, a flexibilidade era seguida de alguma desordem e imediatamente corrigida com certo controle, acompanhado posteriormente de uma firme rigidez, para depois retomar um novo ciclo de flexibilidade.

As reformas conduzidas pragmaticamente por Deng de fato descentralizaram a economia chinesa, reduzindo relativamente o papel do Estado, substituindo parte do planejamento central por forças do mercado, acabando com a maioria das fazendas coletivas e desfazendo muitos empreendimentos estatais. A estratégia de desenvolvimento de Deng Xiaoping envolvia deixar algumas pessoas enriquecer primeiro para depois conduzir todo o país à prosperidade (FEI-LING, 2005, p.120). Companhias foram autorizadas a buscar o lucro depois de atingirem determinadas cotas estabelecidas pelo Estado. Além disso, foram permitidos pagamentos de bônus, incentivos por mérito e outros benefícios, que ajudaram a impulsionar a produtividade em diversos setores.

Na era Deng, houve uma mudança do planejamento central e da confiança na indústria pesada para as indústrias orientadas pelo consumidor e a confiança no comércio e no investimento estrangeiros. As reformas de 1978 incluíram esforços para impulsionar o comércio por meio do estabelecimento de 12 companhias estatais para controlar as importações e exportações, e a criação de Zonas Econômicas Especiais (SEZs) ao longo do litoral-sul da China. Em 1982, as comunas começaram a ser desmontadas e camponeses foram autorizados a cultivar e vender a produção. Em 1985, as tarifas foram reduzidas de 56% para 43%, iniciando a longa e gradual redução de barreiras de importação. (HAYS, 2011)

As comunas eram como fazendas coletivas, ou um agrupamento de aldeias, nas quais todos trabalhavam para a comunidade e tudo era público. Foram criadas em 1958, quando Mao lançou o programa Grande Salto À Frente, que visava a transformar a China numa potência econômica. Com as comunas, Mao pretendia impulsionar a agricultura e coordená-la melhor. A

propriedade do campo, que a partir da Revolução Cultural passou a ser do Estado, era administrada como um bem público pelas comunidades.

Entretanto, a maioria das comunas fracassou e, depois da morte de Mao, a China chegou a reconhecer que o projeto foi um erro. O fracasso das comunas foi responsável por períodos de fome intensa na China. Embora algumas comunidades até hoje preservem características de comunas – como a vila de Nanjie, que permanece totalmente socialista –, com desmantelamento gradual das comunas sob Deng, as terras foram distribuídas para cultivo privado no chamado “sistema de responsabilidades”. Os produtores poderiam arrendar as terras por um período, de longo prazo. Esses arrendamentos poderiam ser renovados esporadicamente, o que estimulava a produção. Porém, ainda hoje as terras são um bem público na China.

Também foi abolido, após a morte de Mao, o controle dos excedentes da produção agrícola, de maneira que os produtores poderiam guardar eventuais lucros. Mais do que isso, a produção de grãos que superasse a cota exigida pelo Estado seria bonificada. O governo liderado por Deng também autorizou a diversificação da produção (MENDONÇA, 2009, p. 27), cujas rédeas passariam a ser a oferta e a demanda. Passaram a ser produzidos mais vegetais, arroz, açúcar e outros produtos. Sob Mao, a produção agrícola se concentrava nos cereais, essenciais para a alimentação. Além disso, conforme regras que variavam de província para província, os produtores poderiam contratar alguns funcionários para trabalhar nas terras. Finalmente, conforme dissemos no início deste trabalho, foi a partir de 1978 que começaram as reformas do *hukou*, como parte das medidas econômicas de Deng.

A maioria dos agricultores viu com bons olhos as mudanças gerais implantadas pelo governo Deng na agricultura, pois estava decepcionada com o sistema de comunas e enxergou na reforma uma possibilidade real de melhora de vida. Apenas alguns grupos de resistência e apoio a Mao se mostraram contrários às reformas. A produção de trigo dobrou entre 1978 e 1985, de 41 milhões de toneladas para 87 milhões de toneladas (HAYS, 2011). Em 1987, a produção de grãos e tubérculos equivalia a três vezes a da Índia e estava perto do volume produzido por Estados Unidos e União Soviética.

Naturalmente, as reformas não foram um completo sucesso. Alguns setores tiveram de ser controlados com limitações sobre os preços, como sobre

o açúcar e o algodão. Em 1995, o racionamento dos grãos foi retomando em 29 cidades.

A agricultura foi negligenciada nos últimos estágios das reformas econômicas. Nos anos 1990, os benefícios recebidos pelos produtores começaram a se estabilizar e a renda real agrícola diminuiu, pois os custos de fertilizantes, sementes híbridas e outras necessidades cresceram mais rapidamente do que os preços agrícolas (2011).

Também o funcionamento da indústria chinesa foi modificado pela era Deng. As transformações na indústria começaram, todavia, posteriormente à da agricultura, a partir de 1984. Foram feitas reformas de preços e o lucro passou a ser estimulado. Nas Zonas Econômicas Especiais, que nada mais eram do que divisões criadas para descentralizar os governos locais, havia mais liberdade de produção e comércio, mais incentivos e menos barreiras. Pequim simplificou tarifas, cancelou políticas de preferência, reformou bancos e apertou o orçamento de empresas estatais que gastavam demais. Além disso, funcionários seriam premiados conforme seus méritos e destaques. A ideologia foi deixada de lado e “os trabalhadores deveriam ser recompensados conforme sua produção, e não sua política” (BACHMAN, 1986, p. 303, *apud* MENDONÇA, p. 28).

O gerenciamento das empresas foi modernizado por meio do estímulo do investimento privado e de parcerias entre o Estado e empresas estrangeiras por meio de *joint ventures* que abriram as portas para o avanço tecnológico. Com Deng, houve um significativo movimento no sentido das privatizações, mas sempre sob a tutela e a participação direta do Estado, como é até hoje.

A desregulamentação e a privatização foram bem mais seletivas e avançaram em ritmo bem mais lento do que nos países que seguiram a receita neoliberal. Na verdade, a principal reforma não foi a privatização, mas a exposição das empresas estatais à concorrência de umas com as outras, com as grandes empresas estrangeiras e, acima de tudo, com uma cesta de empresas privadas, semiprivadas e comunitárias recém-criadas [...] O papel do governo chinês na promoção do desenvolvimento não diminuiu. Ao contrário, o governo investiu quantias enormes no desenvolvimento de novos setores, na criação de novas Zonas de Processamento de Exportações (ZPEs), na expansão e modernização da educação superior e em grandes projetos de infra-estrutura (*sic*), num nível sem precedentes em nenhum país de renda *per capita* comparável. (ARRIGHI, 2008, p.362, *apud* MENDONÇA, 2009, p.29)

Enfim, foi basicamente a abertura comercial iniciada em 1978 que transformou gradualmente a China em um grande exportador de produtos industrializados, conforme explica Pires (2008). A estratégia de expandir a produção agrícola e melhorar a tecnologia da indústria por meio da entrada de empresas multinacionais no país e, naturalmente, de seus investimentos, colocou os chineses no rumo do crescimento econômico acelerado que vemos até hoje.

Como consequência dessa estratégia, a China se transformou num grande pólo exportador e, simultaneamente, num grande importador, tanto de tecnologia quanto de matérias-primas e alimentos. Somente entre 1995 e 2006 o volume do comércio exterior chinês cresceu 6 vezes, e a participação da China no comércio mundial subiu de 1,4%, em 1986, para 8,0% em 2006, e esta tendência continua em ascensão. (2008, p.5).

2.2 O “C” dos Bric e a Crise Asiática

Conhecendo um pouco melhor os principais objetivos das reformas da era Deng Xiaoping, entende-se um pouco por que a China atual é tão diferente daquela imaginada por Mao Tsé Tung. Agora, podemos apresentar com mais propriedade as principais características do crescimento econômico chinês, para, por fim, compreender sua relação com o *hukou*.

Em 2001, no estudo no estudo *Building Better Global Economic BRICs*, o economista Jim O’Neill, do banco norte-americano Goldman Sachs, destacou o forte crescimento econômico de quatro países emergentes e chamou esse grupo de BRIC (Brasil, Rússia, Índia e China), dizendo que até 2010 eles se tornariam uma parte muito maior da economia global. O’Neill estimava que os BRIC cresceriam e suas economias passariam de 8% da economia global para cerca de 14%. E o crescimento dos BRIC, na verdade, superou essa expectativa: em 2010, os quatro países correspondiam entre 18% e 19% da economia mundial. Com a criação do acrônimo BRIC, O’Neill buscou argumentar também que, em consequência a seu forte crescimento econômico, esses quatro países ganhariam força e peso nas discussões globais de políticas econômicas.

O’Neill previa que a economia da China alcançaria o tamanho da Alemanha e que o Brasil se tornaria tão grande quanto a Itália. Na verdade, a

China superou a Alemanha e também o Japão, tornando-se a segunda maior economia do mundo, atrás apenas dos Estados Unidos. O Brasil superou a Itália e o Reino Unido e já ocupa o sexto lugar.

Fato é que o crescimento coletivo nominal da economia dos BRIC se aproximou de US\$ 10 trilhões, representando mais de três vezes o seu tamanho em 2001, em torno de US\$ 3 trilhões (O'NEILL, 2011, p.1). Dados oficiais mostram que o crescimento do PIB da China alcançou 9,2% em 2011.

Desde as reformas econômicas de Deng Xiaoping, a China teve forte crescimento econômico, embora com alguns períodos de desaceleração expressiva ou quase estagnação. Porém, na maioria dos anos, o crescimento foi expressivo (como vemos na **Tabela 4**, nos Anexos deste trabalho), de acordo com os dados oficiais do país (CHINABILITY, 2011).

Algumas consultorias privadas e empresas de análises econômicas questionam os números do governo chinês em dois períodos: no desaquecimento chinês de 1989 e durante a crise asiática de 1998/99. Não entraremos nessa discussão, pois queremos notar principalmente que foi a partir de 1978, quando a China se abriu para o investimento estrangeiro, que iniciou a trajetória de crescimento conhecida atualmente. Mesmo que com alguns declínios no percurso, isso a tornou o C dos BRIC.

Logo em 1978, após a abertura comercial, o crescimento do PIB chinês alcançou de 11,7%, mantendo-se firme até 1989. Naquele ano, os protestos pró-democracia resultaram no massacre de estudantes na Praça Paz Celestial, em Pequim, acontecimento que sacudiu a confiança do Ocidente na China. O país recebeu uma série de sanções comerciais do Ocidente por conta de seu governo autoritário, que naquela ocasião promoveu a instabilidade política e afastou o investimento estrangeiro tão desejado. Vale lembrar também que em 1989 ocorreu a queda do Muro de Berlim, marcando o fim do socialismo na União Soviética.

Enfim, como se sabe, 1989 foi um ano conturbado nas relações internacionais, politicamente e economicamente, de modo que a economia da China, fortemente baseada nas exportações, como detalharemos adiante, desacelerou bastante. Naquele ano, a economia chinesa cresceu apenas 4,1%, de acordo com dados oficiais – entretanto, a consultoria Dragonomics estima o

crescimento em 1,5% negativo (THE ECONOMIST, 2009). Em 1990, o crescimento oficial registrado foi de 3,8%.

O discurso oficial, por outro lado, é de que o governo agiu propositalmente no ano de 1989 para frear a economia, que estava muito aquecida por causa das reformas econômicas realizadas até então. Além disso, depois de uma tentativa fracassada de modificar o sistema de preços no atacado, o país estimulou o consumo e enfrentou elevada inflação (isto é, alta constante e generalizada de preços). O governo conseguiu estabilizar os preços reduzindo a demanda doméstica por bens e serviços e cancelando investimentos. O crescimento econômico acelerado foi retomado em 1991, com investimentos públicos significativos nas áreas costeiras, como na cidade de Xangai, por exemplo.

Mesmo durante a crise financeira asiática de 1997, ou “crise do sudeste asiático”, a China foi capaz de sustentar crescimento econômico expressivo. Esse período também foi importante para a formação do modelo atual de crescimento econômico chinês, no contexto pós-Guerra Fria. A crise em questão resultou de uma grande perda de confiança dos investidores estrangeiros nas economias de importantes países da região – inicialmente Tailândia, Malásia, Indonésia e Filipinas e, depois, Coreia do Sul e Hong Kong (cidade que está territorialmente inserida na China, mas que se tornou uma região autônoma em julho de 1997, conforme tratado assinado com os colonizadores britânicos em 1982). O PIB real daquelas economias, isto é, considerando preços constantes, caiu pelo menos 7% entre 1997 e 1998 (SCARANO; MOURA JR, 2008).

Na ocasião da crise asiática, houve um processo de fuga de capital e queda constante de preços (deflação) na região do sudeste da Ásia. A forte saída de recursos estrangeiros provocou expressiva desvalorização cambial – isto é, as moedas locais ficaram mais fracas do que o dólar –, causando também a redução das reservas internacionais desses países. As reservas internacionais são os depósitos em moeda estrangeira mantidos pelas autoridades monetárias dos países com as finalidades de realizar operações de câmbio e de servir como garantia de estabilidade econômica.

Conforme Oliveira (1999, p.3), foram as principais causas da crise financeira asiática: **a)** o excessivo investimento externo resultante da

emergência das economias do sudeste asiático, que atraíram investidores japoneses e europeus com baixas taxas de juros. O grande volume de empréstimos de curto prazo ampliou o endividamento dos países, seus déficits em conta corrente (entrada de recursos financeiros superior à saída), elevou os preços de propriedades e o valor das moedas locais frente ao dólar; **b)** a inadequada supervisão financeira, com regras bancárias obsoletas, baixa fiscalização e forte corrupção, que deixaram os países despreparados para receber tanto dinheiro de fora; **c)** a excessiva confiança no mercado, especialmente por parte dos líderes políticos, que ignoraram os fundamentos econômicos para buscar a liberalização e o desenvolvimento a todo custo; e **d)** questões políticas, que impediram ou postergaram a realização de reformas estruturais necessárias para que os países tivessem instrumentos equilibrados e eficientes para ordenar os investimentos.

Scarano e Moura Jr explicam que o início concreto da crise ocorreu com um ataque especulativo à moeda tailandesa, o bath, no início de julho de 1997. Assim que foi adotado o regime de câmbio flutuante, no qual a moeda deve flutuar livremente conforme oferta e demanda, o bath imediatamente se desvalorizou 20%.

A Tailândia possuía uma dívida externa de cerca de US\$ 95 bilhões, com quase a metade vencendo no curto prazo. Perdeu reservas rapidamente e seu déficit em conta corrente chegou a 7,5% do PIB. Desencadeou-se, então, uma sucessão de desvalorizações das moedas da região. Em julho, a moeda das Filipinas, passou a flutuar, caindo 6,4%. Em agosto, foi a vez da moeda da Malásia se desvalorizar. Ainda em agosto de 1997, a moeda coreana sofreu um ataque especulativo. Em dezembro de 1997, governo coreano liberou a flutuação do won, que perdeu 57% de seu valor em relação ao dólar. Os mercados financeiros internacionais tornaram-se muito instáveis. Importantes conglomerados asiáticos, como a KIA Motors, passaram por dificuldades financeiras. As reservas coreanas se tornaram escassas e o governo teve dificuldades para honrar a dívida externa de curto prazo. A crise se estendeu pelo ano de 1998, contribuindo para crises cambiais em outros países, como a Rússia (1998) e o Brasil (1999). (2008)

As consequências da crise ameaçaram também Japão e China, pois seus sistemas financeiros eram semelhantes aos de outros países atingidos.

Destacam-se, entre essas semelhanças: o volume de comércio intra-regional (*sic*) e o grau de encadeamento de

investimentos com o resto da Ásia; a preponderância da intermediação bancária; o crescimento dos chamados "empréstimos não-realizáveis", devido, em parte, ao excessivo empréstimo para empresas estatais já muito endividadas; a insuficiente supervisão preventiva do sistema financeiro; e a bolha de preços de ativos. Temia-se, assim, o risco de disseminação da crise asiática para a China. (Idem)

Em outras palavras, embora a China já tivesse um mercado de ações constituído e instituições financeiras não bancárias, como corretoras, cooperativas de crédito e seguradoras, prevaleciam os bancos estatais, que, dominando 90% dos depósitos, eram os verdadeiros responsáveis por avaliar os riscos e monitorar os retornos da intermediação financeira. Como isso não estava aliado a mecanismos que permitem uma maior transparência sobre o funcionamento do sistema, como a adoção de marcos regulatórios e práticas contábeis e de auditoria, por exemplo, favoreceu o fortalecimento do chamado risco sistêmico que desencadeou a crise. Sem tais mecanismos, os empréstimos bancários podem favorecer interesses políticos ou ficar desamparados em termos de riscos e rentabilidade.

Mas a China não foi diretamente atingida. Por quê? Segundo Scarano e Moura Jr, foi justamente a continuidade do crescimento econômico chinês que garantiu o prosseguimento da entrada de recursos do exterior na forma de Investimento Estrangeiro Direto (IED), mantendo os superávits em transações correntes (entrada maior de recursos financeiros no país do que saída). Desse modo, a moeda chinesa – chamada oficialmente de renmimbi, mas popularmente conhecida por sua unidade, o yuan – foi capaz de permanecer estável no período, em vez de se depreciar, como aconteceu em outros países emergentes da região.

Além disso, Scarano e Moura Jr explicam que a China não permitia que sua moeda fosse convertida para operações puramente financeiras: “As operações cambiais normalmente exigiam documentação oficial que atestasse tratar-se de uma operação comercial legítima, dificultando, assim, operações especulativas com a moeda chinesa” (2008). Também era necessária uma aprovação de um organismo administrativo do governo para operações de câmbio. Outros fatores importantes foram: o tamanho do mercado interno chinês, que permitiu a entrada de IED independentemente dos fluxos financeiros; o baixo endividamento de curto prazo; o elevado nível de reservas

internacionais, capaz de cobrir praticamente toda a dívida externa do país; o fato de que a taxa de câmbio da China já estava desvalorizada desde 1994, quando passou de 5,81 yuan por dólar para 8,72 yuan por dólar, por conta de uma unificação das taxas oficial e de *swap* (operação de troca de moedas sem que haja o câmbio “físico”, utilizada como recurso de proteção cambial); e o superávit em conta corrente sustentado durante quase toda a década de 1990, principalmente por conta das exportações, que permitiu a formação de reservas e o cumprimento dos compromissos externos. Aliás, alguns estudiosos afirmam que o fato de a China exportar muitos produtos baratos – em grande parte os mesmos que os tigres asiáticos exportavam – faz dela uma das causadoras da crise, pois dificultou o comércio exterior dos outros países envolvidos.

Mesmo sendo capaz de permanecer imune ao contágio externo, após a crise asiática a China passou a realizar algumas novas reformas econômicas para fortalecer seu sistema financeiro. Começou a redefinir empresas estatais e reestruturar o setor bancário.

Além do fornecimento dos principais insumos industriais à economia chinesa, (esses setores) representam ainda a principal fonte de emprego e seguro social para a maioria dos trabalhadores urbanos, bem como a geração da maior parte das receitas fiscais do governo central. De outro lado, entretanto, sofrem de um inchaço de empregos, baixa produtividade e decrescente rentabilidade financeira. (...) Na realidade, estes dois setores apresentam-se interligados. Por muito tempo, a China procurou modernizar o setor estatal, permitindo a transferência maciça de recursos para estas empresas, sem qualquer análise de viabilidade econômica, provocando inclusive problemas de insolvência em alguns setores bancários. No entanto, a transformação das empresas estatais é pensada e implementada com o maior cuidado, já que elas são, de um lado, a principal fonte de empregos nas zonas urbanas. Note-se que em 1978, 78% da força de trabalho da China estava alocada no setor de empresas estatais, estando, em 1996, responsável por 65%. De outro lado, as empresas estatais não só são fontes de emprego, mas também representam uma única forma de seguro social. (OLIVEIRA, 1999, p.9-10)

Para reformar o setor bancário, o governo passou a buscar uma redução no peso das decisões de ordem política, enfatizando o desenvolvimento de negócios e as decisões técnicas, priorizando a exportação e a tecnologia. No setor financeiro, como um todo, a China passou a estabelecer filiais regionais do Banco Central no país, ampliou os financiamentos diretos e aperfeiçoou o

sistema de administração das instituições financeiras. Um exemplo citado por Oliveira é o fato de que os governos locais não podem nomear politicamente os gerentes de filiais do Banco Central ou aprovar empréstimos.

Desde 1995, a China possui quatro grandes bancos estatais: o Banco Agrícola da China (ABC, na sigla em inglês); o Banco da China (BOC); O Banco de Construção da China (CCB) e o Banco Industrial e Comercial da China (ICBC). Todos eles se submetem ao Ministério de Finanças (MOF). O Banco Central é o Banco do Povo da China (PBOC).

Em 1998, foram criadas a China Securities Regulatory Commission (CSRC) e a China Insurance Regulatory Commission (CIRC), responsáveis por regulamentar e fiscalizar o mercado de capitais e a indústria de seguros, respectivamente. Em abril de 2003, foi criada a China Banking Regulatory Commission (CBRC), que assumiu as funções de regulação e fiscalização do sistema bancário, antes atribuído ao Banco do Povo. Com a criação da CBRC, a China passou a ter uma rede completa de agências reguladoras do sistema financeiro; todas possuem nível de ministério e diretamente supervisionadas pelo Conselho de Estado. Antes da criação dessas três agências, o sistema financeiro era supervisionado pelo Banco do Povo da China que, além disso, desempenhava funções de banco central (SILVA, 2006, p.2-3)

Também há três bancos de fomento, que têm como objetivo financiar projetos estratégicos: o Banco de Desenvolvimento Agrícola da China; o Banco de Desenvolvimento da China; e o Banco de Exportação-Importação da China. Individualmente, bancos estrangeiros podem ter 20% do capital social de bancos estatais chineses. Mas o total da participação de estrangeiros só pode chegar, no máximo, a 25% das ações. Além disso, na zona rural existem as chamadas Sociedades de Crédito Rural (SCR), que, aliadas ao Banco Agrícola da China e aos fundos de crédito rural, estimulam o desenvolvimento da agricultura chinesa.

Falamos nesta etapa sobre o BRIC e a crise asiática, na qual a China foi menos afetada do que outros países da região, para mostrar que o crescimento econômico da China é singular. Também mencionamos essa crise por causa das mudanças que provocou na economia chinesa. Tendo toda essa estrutura em mente, resta-nos compreender ainda quais são as bases para o crescimento econômico da China, pois vimos que esse crescimento existe, mas

não vimos ainda como ele se dá. Para isso, observaremos a seguir quais são as bases do modelo de crescimento econômico chinês.

2.3 Bases do crescimento econômico chinês

Muitos economistas, sociólogos, cientistas e jornalistas discorrem diariamente sobre os fundamentos do modelo econômico chinês, identificando méritos ou criticando seu jogo político, suas peculiaridades, seus problemas e complexidades. Porém, neste trabalho queremos apresentar apenas uma visão geral, uma espécie de “Raio-X” da economia chinesa, necessário para que cheguemos à etapa seguinte. Sendo assim, evitaremos contrapor aqui muitas diferentes opiniões sobre teorias econômicas ou sobre o modelo chinês de desenvolvimento. Acreditamos que, em meio a uma bibliografia tão ampla sobre a China, uma “polemização” sobre esse modelo poderia tornar a questão subjetiva demais e desviar nosso foco, que é discutir especialmente a temática do *hukou*. Portanto, utilizaremos poucos autores nesta etapa e uma abordagem objetiva.

Já vimos que, desde as reformas de 1978, a China se abriu para o exterior e se tornou um grande importador de matérias-primas e produtos básicos, além de um grande exportador de produtos industrializados. No artigo *China's new stage of development* (“O novo estágio de desenvolvimento da China”), o sociólogo chinês Peilin Li (2011), um dos maiores especialistas em desenvolvimento e estratificação social da China, recorda que são três os principais fatores que conduzem o crescimento econômico de um país: investimento (referindo-se ao investimento produtivo, e não às aplicações no mercado financeiro), exportações e consumo doméstico. E, no caso da China, é sabido que o crescimento econômico depende principalmente do investimento e das exportações. Esse modelo se fortaleceu após a desaceleração econômica de 1989, sobre a qual já falamos.

Os economistas Andong e Kotz (2010, p.8-20) analisam em que medida se dá essa dependência da China em relação ao investimento e às exportações. Para isso, dividem o período de reformas de Deng Xiaoping em quatro etapas, nas quais detalham as características do crescimento

econômico do país. Adiantamos que o quarto período se aproxima mais do modelo de crescimento atual, que, segundo Andong e Kotz, começou com a entrada da China na Organização Mundial do Comércio (OMC), em dezembro de 2001. Podemos resumir a análise dos autores e também recordar:

I) 1978-88: com crescimento econômico equilibrado e liderado pelo mercado doméstico. No período inicial das reformas, os três componentes da demanda doméstica (consumo das famílias, consumo do governo e investimento) cresceram praticamente na mesma proporção do PIB.

As exportações tiveram pequena contribuição (cerca de 13%), pois as reformas desse período se voltaram principalmente à agricultura e ao sistema financeiro. Entre 1978 e 1989, a China só teve superávit na exportação de bens e serviços três vezes, de 1981 a 1983. Depois, só em 1990, com a desvalorização cambial;

II) 1988-1991: com desaceleração do investimento, por conta das consequências dos protestos da Praça da Paz Celestial. A aversão do capital estrangeiro fez com que o investimento diminuísse significativamente, para níveis inferiores aos do período anterior.

A inflação levou o governo a também cortar alguns investimentos públicos e adotar outras medidas para conter o ritmo da economia (o movimento de altos e baixos da inflação é comum no país e em 2011 o governo vivia um novo momento de tentativa de controle dos preços). O consumo doméstico também cresceu menos do que o PIB.

Porém, o que conteve a queda do crescimento foram os gastos do governo (outros, que não investimentos, como as despesas de manutenção da máquina pública) e, principalmente, as exportações, que cresceram de 12,7% para 18,6% do PIB entre 1988 e 1991. Foi um aumento de quase 50% em apenas três anos;

III) 1991-2001: com crescimento econômico liderado pelo investimento, no período em que Deng pediu uma aceleração. Controlada a inflação do ciclo anterior, fortaleceu-se a liberalização da economia e o setor privado se expandiu. Sua participação na produção industrial aumentou de zero em 1978 para quase 10% já em 1991.

O investimento em capital fixo cresceu quase 3 pontos percentuais mais rapidamente do que o PIB e contribuiu com quase 40% do crescimento do PIB

durante a década. Em 1992 e 1993, o crescimento do PIB foi de aproximadamente 14%, enquanto o investimento crescia 30%.

De modo geral, durante a década o consumo das famílias cresceu pouco menos do que o PIB e o consumo do governo foi um pouco superior. As exportações tiveram um papel relativamente pequeno e as importações cresceram mais.

Mas, em 1994, o governo acentuou a desvalorização do yuan e promoveu um aumento de 66% nas exportações, o que reforçou a pressão inflacionária. A aceleração econômica gerou um novo ciclo de elevada inflação, que chegou a quase 24% em 1994.

Em seguida, o governo retomou uma nova onda de políticas contracionistas. Em 1995, a moeda foi valorizada e novamente desestimulou os exportadores. Em 1998, com a crise asiática, houve um período de deflação pela primeira vez na era das reformas. Na década, quase 85% do crescimento do PIB resultou do crescimento na demanda doméstica;

IV) 2001-2007: com crescimento puxado pelo investimento e pelas exportações, após a entrada da China na OMC. Mesmo que as exportações não tenham sido o principal condutor do crescimento econômico no ciclo anterior, elas cresceram significativamente e prepararam o seguinte. Entre 1992 e 2001, as exportações alcançaram em média 21% do PIB, mais do que o dobro da proporção registrada de 1979 a 1988.

Com a China na OMC, construiu-se o atual padrão de crescimento chinês, baseado na combinação de demanda externa e demanda por investimentos, de maneira que o investimento em capital fixo (máquinas e construções) e as exportações se tornaram os principais fatores responsáveis pelo crescimento. Depois de 2001, a participação das exportações cresceu exponencialmente.

Andong e Kotz (2010, p.15) notam que, durante o período, a participação das exportações se ampliou de 23% do PIB para 39%, embora tenha ocorrido uma valorização cambial de 9% do yuan em relação ao dólar entre 2001 e 2004 – vale lembrar que, quando a moeda se valoriza frente ao dólar, como foi o caso do yuan, os produtos tabelados em yuan ficam mais caros em dólar, inibindo as exportações; se ocorre o contrário, a depreciação cambial, os produtos em yuan ficam mais baratos em dólar, incentivando as vendas no

exterior. As vendas externas cresceram a um ritmo médio de 21% por ano e, em 2007, as exportações foram responsáveis por 57% do crescimento do PIB chinês.

O investimento em capital fixo também cresceu rapidamente no período, passando de 35% do PIB em 2001 para 40% em 2007, alcançando 41% no meio do caminho, em 2005. Entre 2005 e 2007, o investimento correspondeu a 47% do crescimento do PIB. De acordo com Andong e Kotz, somados, investimentos e exportações foram responsáveis por 69% do crescimento do PIB da China durante este ciclo.

Já o consumo doméstico teve queda expressiva, de 45% do PIB para 36%. Enfim, a combinação de firmes exportações e expressivo investimento fortaleceu a trajetória de crescimento econômico dos chineses. Percebe-se que foi no período de 2001 a 2007 que a China registrou o crescimento médio mais expressivo entre os quatro períodos, de 10,7% por ano.

Andong e Kotz explicam que um dos motivos para o enfraquecimento do consumo doméstico foi a onda de privatizações organizada pelo governo chinês a partir da década de 1990, que reduziu a oferta de empregos em empresas estatais e em empreendimentos públicos urbanos. Segundo eles, isso promoveu a informalidade no mercado de trabalho chinês e restringiu os aumentos salariais.

Primeiramente, as demissões eram pequenas, mas em 1997 o emprego caiu mais de 3 milhões (de postos de trabalho) nos dois setores e notáveis 29,1 milhões em 1998. A perda de emprego nestes dois setores continuou a uma taxa de mais de 3 milhões por ano até 2005, e depois enfraqueceu gradualmente. Durante o período de grandes demissões de 1997 até 2005, o emprego em empreendimentos estatais e coletivos na cidade caiu 69,6 milhões, o que equivale a 25% do total do emprego urbano em 2005. Durante o mesmo período, o emprego urbano total aumentou em 74,1 milhões em virtude do crescente setor privado. (ANDONG E KOTZ, 2010, p.16)

Em outras palavras, com a queda do consumo doméstico, a China começou a sustentar um acelerado crescimento econômico com base nas exportações e no investimento. A entrada da China na OMC abriu as portas do país para relações comerciais com boa parte do mundo, fazendo com que a indústria chinesa se voltasse para o mercado de exportação. Além disso, Andong e Kotz acrescentam que, a partir de 2002, houve uma bolha no setor

imobiliário da China, o que promoveu mais investimentos na economia. Outro fator importante foram os investimentos do governo em infraestrutura de portos, aeroportos, ferrovias e transporte público, iniciados em 1998.

Ao mesmo tempo, o governo conduziu políticas para comercializar os sistemas de saúde e educação e desenvolver a indústria de imóveis comerciais, aparentemente acreditando que isso aumentaria o consumo. No entanto, isso fez os custos de saúde, educação e moradia subirem rapidamente para as famílias, ao que se atribui amplamente, ao menos em parte, a elevação da taxa de poupança. (Idem)

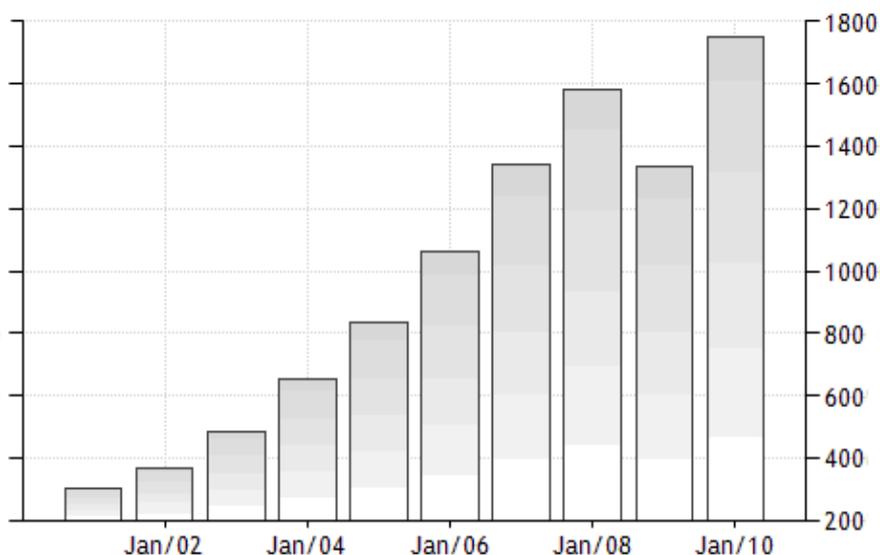


GRÁFICO 3: EXPORTAÇÕES DA CHINA (2011-2010) EM BILHÕES DE DÓLARES
 FONTE: BANCO MUNDIAL, APUD TRADING ECONOMICS, 2012.

A partir da crise financeira global de 2008, que surgiu nos Estados Unidos e colocou em risco todo o sistema financeiro global, a China percebeu que sua dependência elevada das exportações colocava em risco sua economia – essa dependência aumentou ao longo dos anos, conforme mostra o **Gráfico 3**. De fato, como os Estados Unidos são um dos maiores compradores de produtos industrializados baratos da China, as exportações chinesas caíram bastante no contexto da crise. Diante disso, os chineses estão planejando um novo modelo econômico, que deve ser instituído aos poucos, por meio de “mudança no modo de desenvolvimento” (PEILING, 2011). Isso no fundo carrega três importantes conceitos:

Primeiro, o crescimento econômico não deve mais confiar excessivamente no investimento e nas exportações, mas no consumo doméstico. Segundo, que o modelo de crescimento econômico tem de ser alterado da expansão quantitativa de baixo custo (*da produção*) para a melhoria tecnológica

qualitativa, e do “made in China” (*feito na China*) para o “created in China” (*criado na China*), para promover a atualização industrial. Terceiro, o modo de desenvolvimento à custa dos recursos naturais e do meio ambiente deve ser mudado para a economia de recursos e para o modo ambientalmente amigável. O desenvolvimento não deve mais ser conduzido amplamente pelo setor industrial, mas em maior extensão por uma moderna indústria de serviços; e uma economia de baixo carbono deve ser energicamente promovida. (2011, p.1)

Entretanto, vê-se que a China ainda precisa avançar muito neste plano. Sobre a questão ambiental, o país ainda é um dos maiores emissores mundiais de gases que contribuem para o efeito estufa, por exemplo, e tem poucas leis que protegem o meio ambiente. Além disso, continua sendo grande dependente das exportações e do investimento, este segundo conduzido principalmente pelos recursos estatais – todas as empresas consideradas estratégicas do país têm grande participação do Estado.

Em 2010, a China registrou um superávit comercial de US\$ 181,8 bilhões em bens e serviços – exportou US\$ 1,577 trilhão e importou US\$ 1,396 trilhão (OCDE). O país exporta principalmente produtos eletrônicos e outros equipamentos, como computadores para processamento de dados, além de produtos têxteis e itens de vestuário, ferro e aço, equipamentos óticos e médicos. Importa principalmente itens e componentes eletroeletrônicos, petróleo e combustíveis minerais, minérios metálicos, plásticos, produtos químicos orgânicos e também itens e componentes óticos e médicos (ECONOMY WATCH, 2010), além de produtos agrícolas como soja e algodão. Seus principais parceiros comerciais são Estados Unidos, Japão, Coreia do Sul e Alemanha – além de Hong Kong e Taiwan.

No que diz respeito ao fluxo de investimento, é curioso notar que os investimentos de chineses no exterior são maiores do que o investimento de estrangeiros na China. Em 2010, o Investimento Estrangeiro Direto (IED) totalizou US\$ 60 bilhões, enquanto os investimentos chineses no exterior atingiram US\$ 185 bilhões. Já a Formação Bruta de Capital Fixo (nome técnico do investimento) na China foi de 45,45% do PIB em 2010 e de 45,96% em 2009, de acordo com o Banco Mundial. Isso inclui melhorias em terras agrícolas, compras de máquinas agrícolas, construções de estradas, ferrovias, escolas, escritórios, hospitais, edifícios residenciais, comerciais e industriais.

Alguns economistas acreditam que o fato de a China depender muito das exportações – e, portanto, da demanda de outros países – a torna refém do bom desempenho de outras economias para manter seu forte crescimento. Ao mesmo tempo, dizem que o fato de a taxa de poupança da China ser muito elevada – em torno de 50% do PIB nos últimos anos, segundo o FMI – ajuda a financiar o investimento em capacidade de produção. Essa linha de pensamento, geralmente mais liberal, entende que esse tipo de investimento tem eficácia limitada no que diz respeito à promoção do crescimento, pois, em última análise, pode gerar uma supercapacidade que não será acompanhada pelo consumo doméstico de forma equivalente. O excesso de poupança, segundo esse raciocínio, resulta em excesso de recursos para financiamentos de baixo custo, o que pode provocar inflação, bolhas de ativos financeiros e imobiliários, por exemplo.

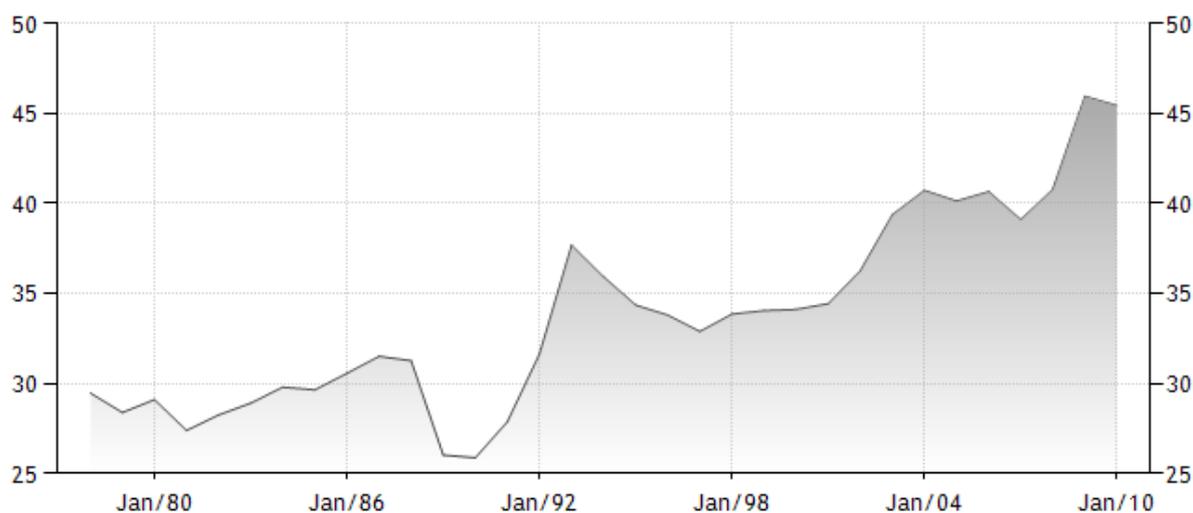


GRÁFICO 4: FORMAÇÃO BRUTA DE CAPITAL FIXO NA CHINA – 1978-2010
EM PORCENTAGEM DO PIB

FONTE: BANCO MUNDIAL, *APUD* TRADING ECONOMICS, 2012.

Outros economistas de linha mais heterodoxa ponderam que a poupança e o investimento não estão necessariamente relacionados, pois o investimento depende também dos incentivos que os empresários têm para apostar num determinado país (isto é, mesmo que haja financiamento à vontade, se houver inseguranças políticas, por exemplo, o investimento pode ser questionável). Parte dos representantes dessa linha de pensamento vê como essencial a forte participação do Estado chinês na economia, justamente porque, se o país depender somente dos investimentos privados, terá pouco

sucesso na condução de políticas que combatam a desigualdade social, por exemplo. E, considerando que a poupança é a parte não consumida da renda disponível, entendem que ela depende da chamada propensão marginal a consumir, que basicamente é a tendência que um povo tem para consumir mais ou menos – o que depende de fatores históricos, culturais, fenômenos naturais, entre outros. Nos Estados Unidos, essa propensão é elevada, enquanto no Japão e na China, por exemplo, ela é historicamente baixa.

Enfim, como dissemos no começo desta etapa, não desenvolveremos essas discussões. Entendemos ser necessário esclarecer melhor mais alguns aspectos da economia chinesa, como a questão cambial, que já foi mencionada anteriormente, e das reservas internacionais. Estes dois fatores fazem da China um país diferente de todos os outros em termos econômicos. Primeiro, porque há cerca de uma década os chineses mantêm sua moeda subvalorizada em relação ao dólar e a outras moedas do mundo, o que, como já dissemos, deixa o produto chinês mais barato no exterior. Segundo, porque a China é o país com maior volume de reservas internacionais, grande parte delas formada por títulos do Tesouro norte-americano.

As reservas internacionais de um país servem para cobrir eventuais déficits nas contas externas e também para evitar ataques especulativos contra a moeda local. São uma forma de garantia do país, que, ao acumular reservas, mostra para o mundo que tem poupança para cobrir suas contas. Um dos motivos para China e Brasil terem sofrido menos com a crise financeira global de 2008 foi o grande volume das reservas (atualmente o Brasil possui quase US\$ 353 bilhões). Por meio das reservas, o país pode controlar melhor as oscilações do câmbio e evitar fortes especulações com o dólar no mercado interno. A China é a nação que mantém o maior volume de reservas internacionais. Possui cerca de US\$ 3,2 trilhões. E aproximadamente 60% deste total é composto por títulos da dívida dos Estados Unidos, que rendem juros baixos, mas ainda são considerados uma reserva de valor. Sendo assim, a China é o maior credor internacional dos Estados Unidos.

Mas por que as reservas da China são tão expressivas? Os chineses vêm ampliando gradualmente suas reservas internacionais desde a abertura comercial de 1978, mas esse movimento ganhou força a partir de 2001, com a entrada na OMC, quando o país passou a exportar cada vez mais produtos

industrializados. Porém, o principal mecanismo que ajuda a ampliar as reservas da China é justamente o controle do câmbio por parte do Estado.

Mantendo o yuan forçadamente desvalorizado em relação ao dólar, a China estimula as exportações de seus produtos. Para evitar oscilações do yuan, o governo controla a entrada de dólares no país. Fortes exportações implicam forte entrada de dólares, o que naturalmente deveria promover uma desvalorização do dólar em relação ao yuan no mercado local. O yuan ficaria, portanto, mais forte. Mas o governo chinês não deixa isso acontecer: recolhe o “excesso” de dólares obtidos com as exportações e o transforma em reserva internacional, de modo que o yuan se sustenta artificialmente num patamar mais baixo, mais fraco em relação ao dólar. Essa política tende a provocar inflação no mercado chinês, pois aumenta a quantidade de moeda em circulação, proveniente das exportações, favorecidas pelo câmbio.

Esse mecanismo também gera uma profunda relação de cumplicidade e interdependência entre as economias da China e dos Estados Unidos. É comum ver autoridades norte-americanas se queixando do fato de que a China mantém o yuan desvalorizado e promove a entrada de uma enxurrada de produtos chineses nos Estados Unidos, prejudicando a indústria local. Porém, são justamente essas exportações de produtos chineses que financiam as contas públicas dos Estados Unidos, pois os dólares que chegam à China são depois “devolvidos” ao governo norte-americano por meio da compra de títulos do Tesouro norte-americano. Em outras palavras, ao comprar produtos chineses, os Estados Unidos estão financiando suas próprias contas. No lado da China, para poder movimentar sua economia, promover o desenvolvimento, gerar empregos e utilizar a capacidade de produção resultante de pesados investimentos estatais, o país precisa exportar, e, para exportar, mantém sua moeda enfraquecida. Em última análise, acaba emprestando dinheiro para o governo dos Estados Unidos, justamente com os dólares transformados em reservas internacionais, e mantém esse sistema para promover o investimento.

Para nós, é importante ter isso em mente, porque se em algum momento a China começar a expandir o consumo interno e reduzir a taxa de poupança, como pretende fazer, dependerá menos das exportações. E, dependendo menos das exportações, a China poderá permitir uma valorização gradual de

sua moeda – aliás, como também já vem fazendo muito lentamente – e ocasionará uma mudança generalizada nas relações cambiais e comerciais.

Finalizamos este capítulo de nosso trabalho citando quatro dos maiores desafios enfrentados pela China em âmbito econômico, extraídos do banco de dados da Agência Central de Inteligência dos Estados Unidos, a CIA (2012):

- I) Reduzir sua elevada taxa de poupança e, de forma correspondente, estimular a demanda doméstica;
- II) Sustentar um crescimento adequado na criação de empregos para dezenas de milhões de migrantes e novos participantes da força de trabalho;
- III) Reduzir a corrupção e outros crimes econômicos;
- IV) Conter os danos ambientais e os conflitos sociais relacionados à rápida transformação da economia.

Acreditamos que esses desafios poderão ser uma espécie de motivação para que a China, um país que busca se desenvolver e reduzir as desigualdades sociais a todo e qualquer custo, venha em algum momento a alterar com mais profundidade o seu sistema de registro da população, o *hukou*. Tendo em mente esses desafios, buscaremos identificar a relação entre o *hukou* e o crescimento econômico da China.

3. A RELAÇÃO ENTRE *HUKOU* E CRESCIMENTO ECONÔMICO CHINÊS

Nas duas etapas anteriores deste nosso estudo, buscamos somente esclarecer detalhadamente o que é o sistema *hukou* e quais são as principais bases para o crescimento econômico chinês, pois a compreensão desses conceitos é essencial para a etapa atual.

Vimos no capítulo 1 que a maioria dos problemas sociais resultantes do *hukou* decorre, historicamente, das restrições impostas pelo sistema sobre os camponeses da China que migraram para a cidade sem autorização do Estado. Também detalhamos nomenclaturas do sistema *hukou* e suas consequências no dia a dia dos cidadãos chineses. No capítulo 2, descrevemos as bases sobre as quais o modelo econômico chinês se fundamenta: entre elas estão o grande volume de exportações e de investimentos; a alta taxa de poupança

(baixo consumo doméstico); o câmbio desvalorizado; as amplas reservas internacionais; e uma forte participação do Estado na economia.

Queremos, agora, relacionar esses dois contextos. A interação entre o *hukou* e o crescimento econômico chinês torna-se evidente e indiscutível quando notamos que as reformas realizadas sobre o sistema de registro residencial começaram justamente a partir de 1978, ano em que o governo da China também iniciou as reformas econômicas, lideradas por Deng Xiaoping. Percebe-se, portanto, que ambas faziam parte de um plano mais amplo de liberalização da economia, abertura comercial e ampliação dos mercados.

Aqui temos, portanto, a primeira e mais dedutiva relação entre o *hukou* e o crescimento econômico chinês. Vale lembrar que essas reformas principiaram justamente no setor rural, acabando oficialmente com as comunas e permitindo a diversificação da produção agrícola. Ou seja, é possível afirmar com segurança que, pelo menos desde 1978, o *hukou* é visto pelo governo chinês como uma questão econômica. Certamente também no período Mao o *hukou* tinha implicações que contribuíam com o planejamento da economia. Também foi por meio de tais reformas que a China acelerou e diversificou o desenvolvimento de sua indústria, da infraestrutura nas cidades e, enfim, da urbanização.

Não podemos dizer precisamente, no entanto, por que o sistema não foi simplesmente extinto. Poucos autores se arriscam nesse sentido. Mas, como observamos no capítulo 1, há uma resistência muito forte por parte dos governos locais, que teriam de gastar mais com serviços públicos para atender a toda a população que vive na cidade. Além disso, há rivalidades regionais e sistemas de votação pouco representativos. Kam e Buckingham (2008, p. 606) dizem, ainda, que o *hukou* é uma espécie de resquício da economia planejada. Além disso, há uma questão cultural, pois embora o povo chinês seja historicamente um povo migrante, os migrantes poucas vezes são bem recebidos nos locais para onde se dirigem.

Mas, se o governo não acabou completamente com o *hukou*, o que leva então os camponeses a migrar para a cidade, sabendo que desafiam as autoridades e correm o risco de serem preteridos por moradores originalmente urbanos? Por que os camponeses da China ainda migram, afinal?

A resposta para tal questionamento está justamente nas reformas econômicas iniciadas em 1978, que implicitamente passaram a estimular a migração em vez de coibi-la, como ocorria no regime maoísta. A atual lógica de oferta e demanda do mercado de trabalho urbano é praticamente uma isca de migrantes camponeses. Não só porque os salários nas cidades são mais altos do que no campo, como veremos mais adiante, mas também por mudanças estruturais, como explica Solinger (1999):

Para a China, a política do Estado de reforma mercantilizadora, combinada com um repentino compromisso com um crescimento econômico rápido e sem restrições, ambos iniciados em 1979, pôs em marcha mudanças fundamentais na estrutura de emprego urbano do país. Essas políticas tiveram implicações enormes para trabalhadores camponeses em fronteiras com cidades. (1999, p. 199)

As reformas que buscaram abrir a economia chinesa alteraram o funcionamento da divisão do trabalho no campo e nas cidades. No campo, quando as comunas começaram a ser extintas, nos anos 1980, houve um agravamento na escassez de terras agrícolas em relação ao tamanho da população capaz de trabalhar. Segundo Solinger (1999, p.154), a população rural cresceu mais de 60% no período entre a coletivização rural, iniciado em 1953, e o início da extinção das comunas, em 1980. Esse crescimento se deveu a três políticas estatais: o estímulo à natalidade durante o período; a proibição oficial sobre a saída do camponês de seu vilarejo; e o sistema de funcionamento das comunas, que, por conta da coletividade, eram em grande parte independentes na provisão de serviços sociais e não dependiam totalmente do Estado nesse sentido, como ocorria nas cidades. Portanto, o excesso de mão de obra tende a reduzir a renda e estimular a migração.

Nas cidades, durante o período Comunista de Mao Tsé Tung, o emprego era um monopólio do Estado, orientado por fatores domésticos, concentrado nas cidades, na indústria pesada e no sistema hierárquico socialista. Conforme Solinger, ao permitir que cidadãos que buscavam empregos urbanos pudessem fazê-lo sem depender da determinação das agências de empregos oficiais, a política de reformas abriu uma série de novas oportunidades de trabalho para a população. As reformas autorizaram o trabalho remunerado fora do setor estatal, em empresas e empreendimentos estrangeiros e recém-

chegados, na indústria leve e nos setores comerciais e de serviços, antes proibidos de existir.

Desde meados dos anos 1980, como os cidadãos urbanos optavam cada vez mais pelos novos setores, empresas estatais passaram a ser pressionadas para encontrar mão de obra substituta. E, com o fim de barreiras antigas, de diversas décadas, contra o trabalho de camponeses nas cidades, empresas urbanas, cobradas para ter elevada produção, se voltaram ao trabalhador rural (...), que repentinamente estava disponível para estes trabalhos em grande número, pela primeira vez desde os anos 1950. Além disso, uma vasta variedade de empregos de baixa tecnologia em construção e serviços atraiu trabalhadores comuns. Deste modo, nesta arena carregada de oportunidade, até mesmo fazendeiros semiletrados conseguiam encontrar uma abertura. (SOLINGER, 1999, p.199)

Esse período de transição foi marcado pela competição entre os trabalhadores na busca por melhores postos, pela falta de regulação e de leis para os novos “mercados”. De modo geral, isso colocou os migrantes rurais em situação de desvantagem em relação aos moradores das cidades, pois além de serem os “calouros” na cidade, geralmente tinham menos qualificação do que os cidadãos urbanos.

Os migrantes que obtiveram mais sucesso na chegada foram os que mantinham relacionamentos na cidade ou ligações com órgãos estatais. Conseguir um emprego no setor industrial sem ter uma indicação era bastante raro. Mas a distribuição dos trabalhadores rurais nos diversos postos de trabalho das cidades também se deu conforme as habilidades dos camponeses – algumas áreas rurais têm por tradição a produção de vestuário, jóias ou ferramentas, por exemplo – e conforme variantes étnicas e culturais, já que alguns povos chineses são rivais ou submissos a outros. Por outro lado, sempre existiram os camponeses que deixam seus vilarejos sem rumo certo, para aceitar qualquer tipo de ocupação na cidade aonde conseguem chegar. Eles encontram mais oportunidades nos lugares onde há pouca coordenação interna ou menos especialização dos trabalhadores.

Para compreender quais são os principais setores em que os migrantes rurais atuam, Solinger divide o mercado de trabalho da China em três subcategorias ideais: **a)** os mercados administrados pelo Estado ou formais; **b)** os mercados informais e não estatais, mas arbitrariamente guiados; e **c)**

mercados não administrados e anônimos, que os chineses rotulam como “espontâneos” ou “cegos”. Os trabalhadores rurais que vivem nas cidades estão em todas as três categorias. Cada uma delas tem suas regras, estratégias de recrutamento e diferentes condições de trabalho.

Nesse contexto, as principais ocupações dos camponeses nas cidades são seis, segundo Solinger: atividades de construção; funções na indústria; empregadas domésticas; comércio e serviços; confecção de tecidos; mendicância e coleta de sucatas. Queremos nos ater por um instante sobre essas ocupações, pois a maioria delas tem seu papel na economia, ou ao menos ilustram melhor o modo como vivem os migrantes sem *hukou* urbano.

A atividade de construção é provavelmente a que exige menos investimento por parte do migrante e garante riscos menores, com retornos melhores, explica Solinger (1999, p. 208). Também não é necessária uma ampla preparação cultural, de modo que um grande número de camponeses se voltou para esse setor. A liberalização dos mercados nos anos 1980 permitiu a diversificação dos tipos de equipe de trabalhadores para construção, também por meio da informalidade. Alguns são contratados por empresas estatais, outros trabalham em equipes de colegas ou de trabalhadores de um mesmo vilarejo, e outros atuam de forma totalmente independente.

A formalização dos contratos de trabalhadores de construção está sujeita à aprovação de uma comissão na cidade e a uma lista de procedimentos burocráticos. Quando existem conexões dos chefes de equipe com pessoas da cidade, essas questões podem ser facilitadas, mas as equipes informais de trabalhadores de construção proliferaram desde as reformas dos anos 1980, pois esses funcionários são mais baratos para as empresas – como não estão autorizados a atuar na cidade, não recebem pensões, planos de saúde, seguros. Mesmo no caso de um acidente de trabalho, o migrante paga os serviços médicos, pois esse problema teria derivado de uma “desobediência às regulações”. No entanto, falta regulação do Estado sobre a informalidade em todos os setores.

Solinger (2009) acrescenta que muitos membros da chamada “população flutuante”, isto é, os migrantes, encontram oportunidades na indústria, mesmo que temporárias. A indústria chinesa se divide entre o setor estatal e o setor privado, financiado especialmente pelo capital estrangeiro. No

setor estatal os camponeses atuam sobretudo nas indústrias de têxteis, químicos e materiais de construção, “onde as condições de trabalho são tão inferiores que os jovens urbanos as evitaram” (p.216). No setor industrial privado, as condições podem ser ainda piores. Mesmo quando as empresas oferecem contratos aos trabalhadores, não há a garantia de que vão respeitar seus direitos. E foi justamente para essas empresas que o país se abriu com as reformas econômicas. Os salários podem ser ainda mais baixos do que nas companhias estatais e os atrasos nos pagamentos são comuns.

A contratação neste setor não é diferente dos procedimentos empregados por empresas do setor estatal: relações pessoais e contratos coletivos ainda foram a base. Houve duas diferenças importantes, no entanto: se trabalhadores fossem recrutados individualmente, os amigos e parentes que o convidaram ou o indicaram àquelas empresas não eram empregados estatais, mas outros camponeses desenraizados sem posição social ou classe burocrática de qualquer tipo. E, segundo, se eles fossem comprometidos num contrato coletivo, seus recrutadores seriam mais provavelmente salafrários que não são de confiança do que autoridades da fábrica assalariados (2009, p.220)

As condições de moradia também são paupérrimas: enquanto numa empresa estatal é comum ver 8 pessoas dividindo dormitórios, em empresas privadas até 20 trabalhadores convivem e muitas vezes dois ou três dividem a mesma cama em períodos diferentes – são os chamados “camas quentes”, pois suas camas nunca estão vazias e, portanto, não esfriam. As refeições são feitas em 20 ou 30 minutos, como nos tempos pré-1949, e em alguns lugares o trabalhador recebe apenas duas refeições por dia. A jornada de trabalho pode chegar a 14 ou até 18 horas, sete dias por semana, sem chances de receber por hora-extra de trabalho.

Diferentemente da construção e da indústria, não há concorrência entre camponeses e cidadãs urbanas para desempenhar funções de empregada doméstica, babá ou cuidadora nas cidades. Solinger (1999, p. 223) diz que a demanda por esse serviço superou a oferta de mão de obra a partir dos anos 1990. Da mesma forma que a construção é uma boa opção para homens camponeses sem qualificação, o trabalho doméstico é uma alternativa para as mulheres.

Desse modo, os migrantes têm uma espécie de monopólio nesse setor, que geralmente compreende moças provenientes de lugares mais pobres ou onde o trabalho doméstico é uma tradição. As empregadas podem chegar às cidades por meio das agências oficiais de recrutamento; pelas interações informais entre elas; ou por meio de um estruturado mercado paralelo, que oferece empregos mais exaustivos, com salários mais baixos. Porém, as camponesas muitas vezes são atraídas para o mercado informal com a promessa de ganhar mais, pois as agências oficiais cobram tarifas para negociar vagas. E, muitas vezes, se vêem vítimas de roubos, sequestros, abuso sexual ou, no mínimo, atuam em péssimas condições de trabalho – algumas chegam a dormir sobre ou sob mesas, por exemplo (p. 225).

As outras ocupações mais recorrentes para os migrantes estão também no setor privado. Uma parte deles trabalha com artesanato, comércio informal, criando ou consertando objetos de uso diário, sem qualquer ligação com os empreendimentos estatais. Apenas muito poucos, mais bem sucedidos, conseguem se incorporar a associações organizadas pelo Estado. A maioria desses trabalhadores atua na ilegalidade, pois não tem condições de regularizar ou obter uma licença para seu negócio. Em outras palavras, esses migrantes vivem na cidade à sua própria sorte. Entre os comerciantes, há aqueles totalmente autônomos, que levam e trazem produtos de uma região a outra. Também há os produtores rurais que migram para vender sua própria produção e depois retornam. Esse tipo de migrante normalmente se relaciona com o Estado por meio dos mercados atacadistas, pois alguns ainda são estatais (SOLINGER, p. 229).

Grande parte dos migrantes rurais que vivem nas cidades trabalha também no setor de confecção, como costureiros. Geralmente, eles transportam tecidos baratos produzidos em seus locais de origem para a cidade e ali confeccionam peças de vestuário de qualidade média e baixa. Em verdadeiras vilas de migrantes, formam uma espécie de linha de produção. Esse tipo de atividade se fortaleceu no fim dos anos 1980, quando alguns alfaiates de zonas rurais perceberam uma crescente demanda por seus produtos nas cidades. Esses grupos passaram a dominar também o comércio de roupas em grandes quantidades, que vendem diretamente aos atacadistas. A competitividade nesse setor resulta em condições de trabalho semelhantes

àquelas encontradas no setor privado da indústria. Conforme Solinger (1999, p. 233), é comum “encontrar quatro ou cinco máquinas de costura, quatro ou cinco adultos, pelo menos uma criança, e apenas duas ou três camas dentro de uma sala de dez metros quadrados”. Muitos aceitam essas condições para juntar algum dinheiro e mudar-se novamente, depois de certo tempo.

Por fim, outra ocupação (ou desocupação) bastante comum entre os migrantes, é a de catador de sucatas ou pedinte. Costumam cair nessa categoria pessoas que não têm habilidades para um trabalho ou oportunidades para desenvolver essas habilidades, como crianças abandonadas e pessoas com deficiência física ou mental, por exemplo. Mesmo sem essas habilidades, elas vão para a cidade em busca de algum tipo de renda para viver. Eles costumam subsistir em cidades grandes como Xangai e Pequim, onde as chances de obter algum dinheiro pedindo ou recolhendo lixo são maiores.

Por meio desse detalhamento das principais funções dos camponeses que migram para as cidades, identificamos uma segunda relação entre o *hukou* e o acelerado crescimento econômico chinês: o fato de que os migrantes rurais trabalham principalmente em funções menos almejadas pelos chineses, cujas condições são piores e que exigem menor qualificação – e que, portanto, são menos remuneradas.

Sem a mão de obra barata dos migrantes na cidade, proporcionada em grande parte por camponeses com *hukou* rural, que não têm os mesmos direitos de cidadãos urbanos, a trajetória de crescimento econômico da China observada desde 1978 não seria possível. Se o crescimento se baseou principalmente no investimento e nas exportações de produtos industrializados, há grande participação dos migrantes nesse contexto, seja como mão de obra barata na construção de grandes obras do governo, seja na indústria de bens de consumo, no comércio ou na prestação de serviços, como os domésticos.

Uma terceira e talvez mais importante relação entre o *hukou* e o crescimento econômico chinês está justamente na renda e na taxa de poupança. Devemos recordar que, quando falamos que a China depende das exportações para promover seu crescimento econômico, estamos dizendo que os chineses precisam que o consumo de seus produtos permaneça firme no exterior, para que possam exportar. As exportações estimulam a produção, que por sua vez gera empregos. Entretanto, dissemos anteriormente neste trabalho

que a população chinesa tem baixa propensão a consumir, isto é, o consumo doméstico é baixo na China (portanto a poupança é alta) e contribui pouco com o crescimento econômico.

De acordo com estudo de Yasheng Huang, especialista em política econômica e gerenciamento internacional, para a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico – OCDE (2010), cujas conclusões são essenciais para nosso trabalho, a taxa de poupança aumentou expressivamente no período entre 2000 e 2008, que curiosamente foi um intervalo de intensificação da urbanização.

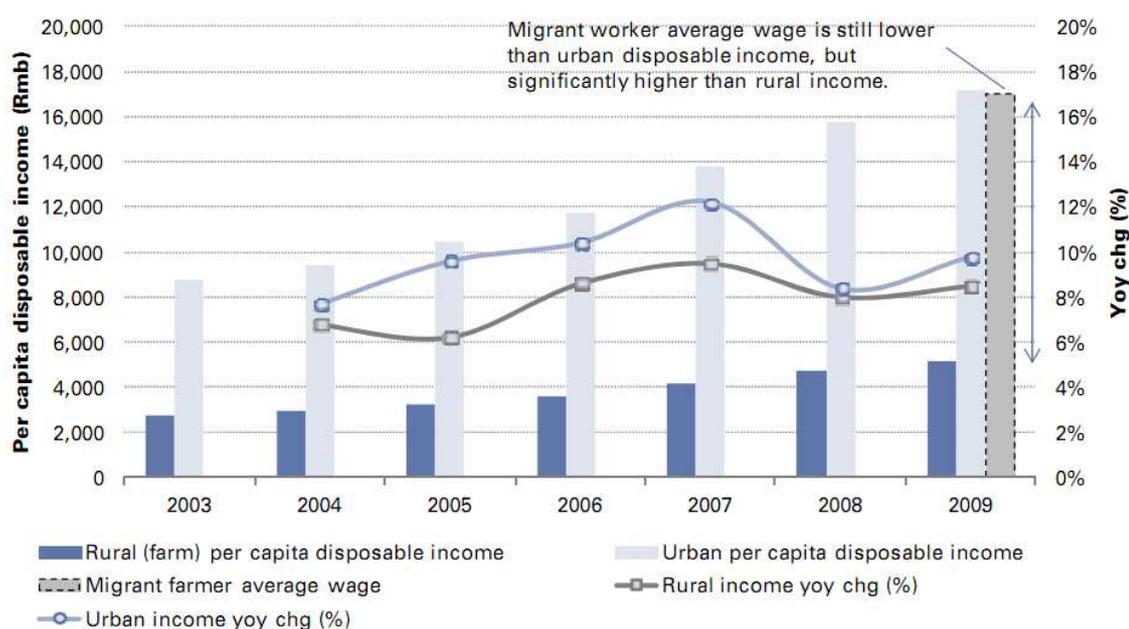


GRÁFICO 5: SALÁRIOS NA CIDADE SÃO MAIS ALTOS DO QUE NO CAMPO
 FONTE: BANCO DO POVO DA CHINA, APUD GOLDMAN SACHS, 2011

Vemos no **Gráfico 5** que a renda dos trabalhadores urbanos é expressivamente maior do que a dos trabalhadores rurais (o que é uma justificativa mais do que plausível para explicar os motivos da migração). Percebe-se, ainda, que a renda do migrante rural é menor do que a do trabalhador urbano, e ainda assim equivale a mais de três vezes a renda do trabalhador que permanece no campo.

Entretanto, embora os salários sejam mais elevados na cidade, isso não quer dizer necessariamente que a urbanização promova um consumo igualmente maior. Yasheng (2011, p.6) explica que a urbanização melhorou a renda de trabalhadores migrantes, mas pode ter aumentado sua taxa de poupança, como uma forma de precaução contra todas as instabilidades das

quais já falamos neste trabalho, resultantes da clara divisão que existe na sociedade chinesa entre pessoas urbanas e pessoas rurais, promovidas e mantidas pelo sistema de cadastramento *hukou*. Em outras palavras, a poupança é alta de forma generalizada na China, mas é ainda mais elevada entre os migrantes camponeses que vivem em cidades.

Como mostramos no início deste trabalho, houve um crescimento significativo da população urbana a partir de 2000, mesmo ano em que o consumo das famílias chinesas apresentou expressivo recuo, como mostra o **Gráfico 6**. Yasheng afirma que a taxa de poupança urbana cresceu de 15% para 25% do PIB entre o início dos anos 1990 e o ano de 2005, citando estudo do Fundo Monetário Internacional – FMI (p.7). Segundo ele, a ideia de que as famílias chinesas poupam uma grande porção de suas rendas por precaução é a visão estabelecida entre os grandes macroeconomistas e, de certa forma, entre os responsáveis pelas políticas públicas da China.

A lógica intuitiva seria a de pensar que, com renda maior, o consumo dos chineses deveria ser maior na medida em que a urbanização se

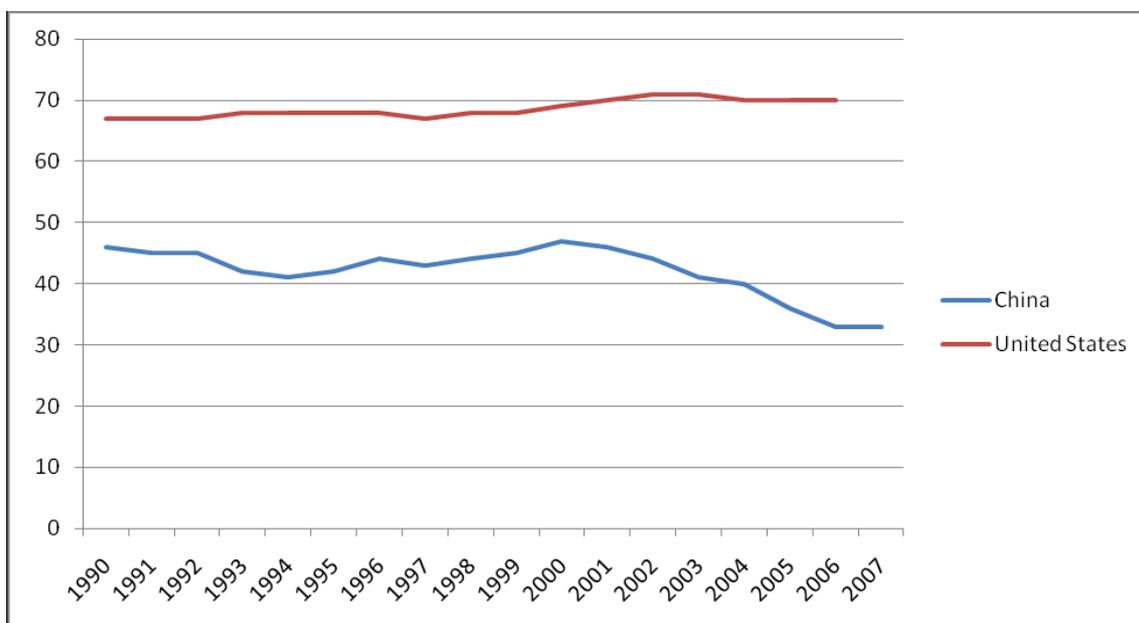


GRÁFICO 6: CONSUMO DAS FAMÍLIAS EM RELAÇÃO AO PIB (%)
NA CHINA E NOS EUA, 1990-2007
FONTE: YASHENG, 2010, P.6

expandisse, pois, em princípio, o movimento de urbanização reduziria gradualmente as pressões sobre o cidadão, já que nas cidades os recursos seriam mais acessíveis, com melhor distribuição da ajuda social para os mais

pobres. De modo geral, nas cidades, o acesso a serviços sociais é mais barato e mais abundante, pois a densidade demográfica nas cidades é maior do que na zona rural e o Estado consegue concentrar melhor seus serviços.

Aplicando essa lógica ao processo de urbanização chinês, deveríamos ver uma redução nas motivações de precaução por parte dos migrantes rurais quando se mudam para as cidades se a provisão dos serviços sociais fosse de fato socializada. Se, por outro lado, o acesso aos serviços sociais não for facilitado ou mais barato, apesar da urbanização, não se deve esperar ver esse efeito sobre as motivações de precaução. (...) Trabalhadores migrantes rurais, embora residam em áreas urbanas e trabalhem em cidades por muitos anos, usufruem muito pouco desses benefícios, costumeiramente associados à cidadania urbana – como o acesso à educação gratuita e à educação. (YASHENG, 2010, p.9-11)

Assim sendo, com o *hukou*, a sociedade chinesa funciona de modo inverso. Quanto mais se urbaniza, mais pessoas com *hukou* rural passam a viver nas cidades. Mas como não têm acesso aos mesmos serviços públicos que os cidadãos urbanos e não conseguem empregos tão bons quanto os de cidadãos urbanos, com raras exceções, poupam boa parte de sua renda. Arriscamos dizer, ainda, que as péssimas condições de trabalho experimentadas pelos migrantes rurais também ajudam a promover um aumento na taxa de poupança da população. Como uma grande parcela dos migrantes recebe parte dos recursos de que precisa para viver, como alimentação e moradia, e passa a maior parte do dia trabalhando, quando não o dia todo, sequer consegue pensar em consumir. Em poucos casos há momentos de lazer ou de descanso, por exemplo. Quando o trabalhador mora em alojamentos de fábricas, não há porque comprar um imóvel. E já mencionamos os casos em que o trabalhador se submete a tal pressão social justamente para poder poupar, juntar dinheiro, para depois se mudar para outra cidade ou voltar ao local de origem com alguns recursos a mais.

É curioso notar, brevemente, que essa lógica da sociedade chinesa é inversa à do Brasil, onde a propensão a consumir é bastante elevada – embora inferior à dos Estados Unidos. O sucesso de programas como o “Bolsa Família” se deve justamente ao fato de que, quanto menor a renda, maior a propensão a consumir. Se o governo transfere R\$ 50 a uma família pobre, muito provavelmente todo esse dinheiro será consumido em alimentos ou produtos

básicos. Na China a realidade é diferente: por conta do *hukou*, boa parte da população mais pobre – composta em grande parte por migrantes – prefere poupar a consumir. As incertezas e instabilidades da vida de um camponês na cidade são um dos principais fatores que sustentam a elevada taxa de poupança na China.

Voltando a Yasheng, após realizar uma pesquisa empírica na província de Guangdong, ele percebe que a taxa de poupança dos migrantes rurais é de 40% a 60%, bem maior do que a média nacional, de 25%, pois os camponeses que vivem em cidades utilizam muito pouco os benefícios sociais garantidos pelo Estado e precisam pagar por serviços fornecidos a cidadãos urbanos gratuitamente.

Outro fato importante para Yasheng é o de que o processo de urbanização chinês se deve mais à expansão no número de cidades do que no na ampliação de cidades já existentes - isso é possível porque todas as terras pertencem ao Estado, de modo que o modelo de urbanização depende unicamente de políticas públicas. Quer dizer que cada vez mais ocorre a inclusão de pessoas com *hukou* rural no território de cidades, mesmo que elas não sejam migrantes, mas não há necessariamente uma conversão no tipo de *hukou* dessas pessoas de rural para urbano, como observamos no começo deste trabalho. Embora haja um aumento da população urbana, não existe uma elevação proporcional no número de habitantes do *hukou* urbano.

Podemos afirmar que cada vez mais há cidadãos rurais desamparados pelo Estado, em relação aos urbanos, o que novamente promove um aumento da taxa de poupança da China. Em pesquisa realizada com quase 1,5 mil trabalhadores migrantes, em 2007, Yasheng perguntou quais são os principais motivos que levam a pessoa a poupar. A educação foi o primeiro motivo, com 40% das respostas; o objetivo de construir uma casa na vila de origem recebeu 32% das respostas; e a precaução contra doenças e desastres naturais ficou com 28%. Deste total de entrevistados, nenhum conseguiu mudar seu *hukou* de rural para urbano e apenas 29% disseram que “esperam” fazê-lo.

É claro, a urbanização é um fenômeno complexo e, conforme observado anteriormente, há um componente de mercado no processo de urbanização chinês – a massiva migração rural. (...) Entretanto, é importante notar que, embora a migração rural em si seja conduzida pelo mercado, o ambiente institucional e político que modelou os incentivos para os

migrantes rurais não é necessariamente conduzido pelo mercado. Tenha em mente que o expressivo aumento da migração rural nos anos 1990 coincidiu com o momento de uma série de decisões políticas que provavelmente ampliaram a distância entre o rural e o urbano. Essas decisões políticas incluem reduzir os recursos financeiros para as áreas rurais, investimentos pesados em infraestrutura nas áreas costeiras e urbanas do país, e restrições regulatórias estabelecidas sobre a indústria rural. Outro fator, como já foi dito, é o sistema *hukou*. O sistema *hukou* constitui uma rejeição completa de um princípio básico numa economia de mercado – o de que aqueles que participam de uma troca de mercado fazem-no a partir de posições de igualdade política e legal. (YASHENG, 2010, p.19)

A análise de Yasheng e de diversos outros autores que discorrem sobre o *hukou* defende que a forma correta de fazer com que a economia chinesa não dependa tanto das exportações é implantar reformas institucionais, como a extinção do sistema *hukou* e a privatização das terras, que atualmente pertencem ao Estado. Acredita-se que, ao acabar com o *hukou*, os migrantes poderão disputar os recursos das cidades com os moradores urbanos de forma mais equilibrada e, por não precisarem gastar tanto com educação e saúde, poderão deixar de poupar um pouco e consumir mais. É bem possível que o governo chinês caminhe nesse sentido, pois autoridades já afirmaram diversas vezes que o objetivo é justamente reduzir a dependência de outros mercados ampliando o consumo doméstico.

Desde o fim do ano passado (2009), a retórica oficial se tornou mais urgente. Os responsáveis pelas políticas públicas começaram a se preocupar que os enormes gastos do país em estímulos contra a crise financeira global possam se esgotar. A reforma do *hukou*, acreditam, poderia impulsionar a migração rural-urbana e, com isso, as necessidades de consumo da China. (THE ECONOMIST, 2010)

De fato, muitos economistas acreditam que o modelo de crescimento econômico atual da China, baseado fortemente nas exportações e no investimento, não é sustentável por muito tempo. Andong e Kotz dizem que o primeiro problema dessa dependência é de curto prazo e pôde ser observado na crise financeira global de 2008. Quando a economia global desacelera e passa a consumir menos, um país como a China, que precisa exportar para manter seu crescimento, tende a perder fôlego também – a menos que ofereça grandes estímulos, como ocorreu em 2008 (vide **Tabela 4**, nos Anexos). Porém, há um outro problema, de longo prazo:

Um país, grande ou pequeno, pode crescer mais rapidamente do que a economia global por um longo período sem ter problemas se seu crescimento for baseado principalmente em seu mercado interno. O rápido crescimento promove tanto aumento da produção quanto aumento da renda. Se a produção for amplamente vendida dentro do país, o aumento da renda pode comprar o aumento da produção. Porém, mesmo se o comércio for equilibrado, um problema vai eventualmente surgir para uma economia que cresce rapidamente se as exportações do país representarem uma parcela significativa do comércio global. Atualmente, as exportações da China são cerca de 2% do PIB do resto do mundo. Se a China continua a crescer mais rapidamente do que o resto da economia global, enquanto mantém sua atual exportação elevada em relação ao seu PIB, as exportações da China vão crescer rapidamente em relação ao PIB do resto do mundo. (ANDONG; KOTZ, 2010, p. 19)

Desse modo, a redução da taxa de poupança por parte dos trabalhadores migrantes já seria uma mudança significativa no sentido de expandir o consumo interno e fazer o país depender menos das exportações. O banco norte-americano Goldman Sachs (2011) também aposta numa liberalização ainda maior da economia chinesa, o que inclui novas reformas do sistema *hukou*. Mas avalia que as reformas devem variar de região para região do país e pondera que a China enfrentará novos desafios se isso ocorrer. O banco entende que tais reformas do sistema *hukou* exigiriam mudanças e investimentos: **1)** melhorias nos benefícios sociais e nas redes de proteção vão aumentar o consumo e a demanda por serviços (saúde, educação, serviços de luxo, turismo, etc.); **2)** o investimento em infraestrutura terá de acompanhar o ritmo do fluxo populacional e da urbanização (maquinaria, commodities, propriedade); **3)** uma menor força de trabalho rural significará demanda maior por melhoria na produtividade agrícola (máquinas, fertilizantes, etc.)

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscamos neste trabalho identificar eventuais relações entre o sistema de cadastramento residencial da população chinesa, o *hukou*, que divide a população do país entre habitantes rurais e urbanos. Como esta temática ainda não foi estudada com aprofundamento no Brasil, quisemos fazer uma abordagem geral sobre o tema, apresentando as principais características do

sistema *hukou* e alguns pontos importantes sobre a economia da China, que nos deram uma ampla visão sobre as bases do crescimento econômico do país. Em nossa trajetória, encontramos três principais relações claras entre o *hukou* e o acelerado crescimento econômico da China:

A primeira delas está no fato de que as reformas do *hukou* ocorreram em meio a uma série de reformas econômicas do país, a partir de 1978, no governo liderado por Deng Xiaoping, que buscaram liberalizar a economia chinesa, abrir as portas para o capital estrangeiro e fortalecer os mercados com menos intervenção do governo na economia – embora ainda permaneça forte. Sem essas reformas na economia e no *hukou*, a China certamente não teria conquistado taxas de crescimento econômico próximas a 10% ao ano durante tanto tempo.

A segunda relação consiste em que os trabalhadores rurais que migram para as cidades acabam se incorporando a setores da economia nos quais as condições de trabalho são piores e os salários, mais baixos. Porém, muitos deles, como os setores industrial e de construção civil – estatal e privado – foram considerados estratégicos para o expressivo crescimento econômico da China. Como vimos neste trabalho, durante muitos anos o investimento se concentrou em infraestrutura e na produção industrial de baixo custo voltada às exportações. A mão de obra barata e pouco exigente dos migrantes, que com *hukou* rural não tinham condições de procurar postos mais altos na hierarquia urbana, foi essencial para possibilitar o crescimento econômico e o desenvolvimento da China.

A terceira e mais complexa relação está na alta taxa de poupança da economia chinesa, sustentada em grande parte pelos migrantes camponeses. Sem o amparo social que recebem os trabalhadores urbanos, os trabalhadores migrantes precisam poupar mais para se precaver contra incidentes ou para voltar para suas vilas de origem com mais recursos. A instabilidade da vida na cidade para essas pessoas inibe o consumo. Vimos que, como o modelo de crescimento econômico chinês está voltado às exportações e o investimento, o baixo consumo doméstico não parece contê-lo. No entanto, essa situação pode não ser sustentável no longo prazo, de modo que o país entende a necessidade de estimular o consumo de sua população para não necessitar exportar tanto. Yasheng resume a problemática do *hukou*:

Se você é um trabalhador migrante rural (na China), você não pode ter acesso a serviços locais em educação e saúde popular e isso significa que você tem de proporcionar a si mesmo os serviços de educação e saúde. Acredito que extinguir esse sistema ajudaria muito a reduzir a taxa de poupança por parte dos trabalhadores migrantes rurais. E também, como eles são uma subclasse de pessoas nas cidades, não podem negociar efetivamente com os empregadores, portanto suas rendas também são baixas. Se acabamos com o sistema, podemos fazer suas rendas crescerem, reduzimos sua poupança e também podemos elevar seu consumo. (2010)

Apesar disso, não existem garantias de que o sistema *hukou* será abolido pelo governo chinês. O *hukou* é um resquício da economia planejada que vigorou durante o período Comunista liderado por Mao Tsé Tung, quando o país se fechou para o mundo e a produção e a estrutura da sociedade eram totalmente controladas pelo Estado. Se até hoje a democracia é algo praticamente inexistente na China – embora haja votações locais e internas no Partido Comunista –, acreditamos que reformas complexas como a do *hukou* só acontecerão de forma lenta e gradual, juntamente como uma série de outras reformas estruturais.

Se a China simplesmente liberalizasse totalmente a migração de uma hora para outra, acabando com o *hukou* de repente, não conseguiria controlar o crescimento como está acostumada a fazer. Seria difícil direcionar os recursos públicos, administrar os grãos e a lógica da mão de obra. Além disso, teria de enfrentar resistência em questões culturais, como o fato de que alguns povos são submissos a outros dentro do próprio país, ou nos núcleos de população que ainda defendem o modelo maoísta de governo.

Por outro lado, manter o *hukou* no modelo atual parece ser insustentável, pois vai contra o objetivo do país de reduzir a desigualdade social e promover um crescimento econômico mais sustentável e controlado, ainda que com taxas menores. Cremos que o investimento em tecnologia será um importante caminho para que o *hukou* possa ser paulatinamente enfraquecido: em muitos países, a mecanização da agricultura e a utilização de alimentos transgênicos são tidas como uma opção viável – embora também controversa – para aumentar a produtividade agrícola e reduzir a necessidade de mão de obra na zona rural. Com programas de capacitação e educação

para os migrantes, a China poderia qualificá-los para atuar em diversos setores da economia e concorrer com os trabalhadores urbanos.

Todavia, como diz Solinger (1999), citando o jornalista Goldstein (1994), a China continua presa no meio do caminho entre o comando da economia e o livre mercado:

O resultado é uma dolorosa existência de nem uma coisa nem outra que combina o pior de ambos os mundos. De um lado, não há controles centrais; de outro, os burocratas dominam fortes poderes administrativos e distribuem subsídios de preço que distorcem o mercado para empreendimentos estatais favorecidos (p.197)

Em nosso estudo, quisemos mostrar também um lado mais humano e social do crescimento econômico chinês, pouco abordado nos trabalhos que temos no Brasil sobre a China. E percebemos que, enquanto o mecanismo de mercado incentiva a migração de camponeses para as cidades, com ampla oferta de trabalho na zona urbana e excesso de mão de obra na zona rural, o mecanismo burocrático que resulta do período maoísta a inibe, por meio do *hukou*. O resultado é uma migração descontrolada e quase que totalmente informal, que retira do camponês direitos que determinam sua cidadania.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

LIVROS, ARTIGOS, MONOGRAFIAS

BAUM, R. **Burying Mao - Chinese Politics in the age of Deng Xiaoping**. Princeton University Press, 1994.

CANO, Wilson. **Introdução à Economia: uma abordagem crítica**. São Paulo: Unesp, 1998

CANUTO, O. **A Crise Asiática**. Economia em Perspectiva - Carta de Conjuntura. CORECON-SP, Jan/Fev 1998. Disponível em: <<http://www.eco.unicamp.br/artigos/artigo4.htm>> Acesso em 21 out 2011.

CHINA – The World Factbook. **Central Intelligence Agency**. 15 jan 2012. Disponível em: <<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/ch.html>> Acesso em: 15 jan 2012.

FEI-LING, W. **Organizing Through Division and Exclusion - China's Hukou System**. Stanford University Press, 2005.

FRIEDMAN, M. **Capitalism and Freedom**, The University of Chicago Press, 1962.

HAYS, J. Deng Xiaoping's Economic Reforms. **Facts and Details**. 2011. Disponível em: <<http://factsanddetails.com/china.php?itemid=79>> Acesso em: 03 dez 2011.

HUKOU reform: a mid to long term goal, picking up pace. **Goldman Sachs Global Investment Research**. China. 10 fev 2011. Disponível em: <<http://www2.goldmansachs.com/our-thinking/global-economic-outlook/global-econ-outlook-pdfs/hukou-report.pdf>>. Acesso em: 09 out 2011.

JINQING, C; WANG, R; MOORE, ST. J. China Analysis: A Review of Key Issues from The 2011 Lianghui. **Brunswick Group**. Mar 2011. Disponível em: <http://www.cbcc.org/guide/downloads/report_by_brunswick_group_china_review_npc_meeting_2011> Acesso em: 02 nov 2011.

KAM, W. C. Making real hukou reform in China. **East Asia Forum**. 03 mar 2010. Disponível em: <<http://www.eastasiaforum.org/2010/03/03/making-real-hukou-reform-in-china>> Acesso em: 15 nov 2011.

_____. The Chinese Hukou System at 50. **Eurasian Geography and Economics**, 50, n. 2, p. 197–221. 2009. Disponível em: <<http://courses.washington.edu/chinageo/Chan-Hukou50-EGE2009.pdf>>. Acesso em: 15 mai 2011.

_____. BUCKINGHAM, W. Is China Abolishing the Hukou System? **The China Quarterly**, n. 195, p. 582–606, set 2008. Disponível em: <<http://faculty.washington.edu/stevehar/Chan%20and%20Buckingham.pdf>>. Acesso em: 24 mai 2011.

KAM, W. C.; LI, Z. **The Hukou System and Rural-Urban Migration in China: Processes and Changes**. University of Washington. Disponível em: <<http://csde.washington.edu/downloads/98-13.pdf>> Acesso em 24 mai 2011.

KEYNES, J. M. **A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda**. Editora Atlas, 1998.

_____. **The end of laissez-faire**. Nova York, Prometheus Books, 2004. Disponível em: <<http://www.panarchy.org/keynes/laissezfaire.1926.html>> Acesso em: 10 mai 2011.

KRUGMAN, Paul e WELLS, R. **Princípios de Economia**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010

MENDONÇA, B. M. **A Transição de Deng Xiaoping e a China Contemporânea: Continuidade e Aprofundamento das Reformas na Era Globalizada**. Universidade de Brasília, 2009. Disponível em: <<http://bdm.bce.unb.br/handle/10483/1142>> Acesso em: 03 dez 2011.

OLIVEIRA, H. A. **A China na Organização Mundial do Comércio**. Carta Internacional, ano IX, n. 105, 1998. Disponível em: <http://www.pucsp.br/geap/China_OMC.pdf>. Acesso em: 12 mai 2011.

_____. A Crise Asiática e a China. **Dissonâncias Sino-Japonesas Diante da Crise Financeira Asiática**. Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, 1999. Disponível em: <<http://www.iea.usp.br/iea/textos/oliveiracriseasiatica.pdf>>. Acesso em: 20 mai 2011.

O'NEILL, J. Building Better Global Economic BRICs. **Global Economics**, Londres, Goldman Sachs, n. 66. 2001. Disponível em: <<http://www.researchselectfund.com/ideas/brics/building-better-doc.pdf>>. Acesso em: 21 mai 2011.

PEILIN, L. **China's new stage of development**. China: An International Journal. Mar 2011. Disponível em: <http://findarticles.com/p/articles/mi_7070/is_1_9/ai_n57155537/?tag=content;col1> Acesso em: 19 jan 2011.

PIRES, M. C. **O Deslocamento do Eixo Econômico Mundial do Atlântico para o Pacífico com a Emergência Econômica da República Popular da China no Começo do Século XXI**. Revista PUC Viva, número 32, A Crise Mundial, jul 2008. Disponível em: <<http://www.ieei-unesp.com.br/portal/wp-content/uploads/2010/05/Do-Atlantico-para-o-Pacifico-Marcos-Cordeiro-Pires.pdf>> Acesso em 21 out 2011.

POMAR, W. **A Revolução Chinesa**. Editora Unesp, 2003.

RASMUSSEN, U. W. **Economia para não-economistas**. São Paulo: Saraiva, 2006

SANDRONI, Paulo. **Novíssimo dicionário de economia**. São Paulo: Best Seller, 1999.

SCARANO, P. R.; MOURA JR, A.A. **As lições da resistência chinesa à crise financeira asiática**. Revista PUC Viva, 32, A Crise Mundial, jul 2008. Disponível em: <<http://www.apropucsp.org.br/apropuc/index.php/revista-puc-viva/30-edicao-32/164-as-licoes-da-resistencia-chinesa-a-crise-financeira-asiatica>> Acesso em 21 out 2011.

SILVA, F.G. **O sistema financeiro chinês**. Neásia – Núcleo de Estudos Asiáticos. 10 mar 2006. Disponível em: <http://vsites.unb.br/ceam/neasia/boletins/artigo_fabio100306.pdf> Acesso em: 25 nov 2011.

SOLINGER, D. J. **Contesting citizenship in urban China: Peasant migrants, the state, and the logic of the market**. University of California Press, 1999.

SMITH, A. **A Riqueza das Nações**. WMF Martins Fontes, v.1, 2003.

TSÉ TUNG, M. **A Revolução Chinesa e o Partido Comunista Chinês**. 1939.

VASCONCELLOS, M. A. S. e PINHO, D. B. (orgs.) **Manual de Introdução à Economia**. São Paulo: Saraiva, 2006.

VIEIRA, F. V. **China: crescimento econômico de longo prazo**. Revista Economia e Política, São Paulo, v. 26, n. 3, set 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31572006000300005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 14 abr 2011.

WHYTE, M. K. **One country, two societies: rural-urban inequality in contemporary China**. Harvard Contemporary China Series, 2010, p. 330.

YASHENG, H. **Urbanization, Hukou System and Government Land Ownership: Effects on Rural Migrant Works and o Rural and Urban Hukou Residents**. OECD Development Centre. Março 2010. Disponível em: <<http://www.oecd.org/dataoecd/30/13/44772487.pdf>> Acesso em: 12 jul 2011.

ZEMIN, J. **Reforma e Construção da China**. Editora Record, 2002

ZONESCHAIN, C.N. **O caso chinês na perspectiva de “catch-up” e das instituições substitutas**. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <http://btdt.ufrj.br//tde_busca/arquivo.php?codArquivo=275>. Acesso em: 15 mai 2011.

IMPrensa escrita e internet

AN. China plans to give more entitlements to parents moving to cities to be with children. **Xinhua News**. 24 set 2011. Disponível em: <http://news.xinhuanet.com/english2010/indepth/2011-09/24/c_131157868.htm> Acesso em 24 out 2011.

ANTUNES, C. Brasil tem de se reinventar para tratar com a China. **Folha de S.Paulo**. São Paulo. Entrevista da 2ª – Antonio Barros de Castro, 11 abr 2011. Disponível em: <<http://www.observatoriousp.pro.br/brasil-tem-de-se-reinventar-para-tratar-com-a-china-antonio-barros-de-castro/>>. Acesso em: 15 mai 2011.

BAI, X; CAO, Y. China to bridge gap between urban, rural residents. **Xinhua News**. 28 nov 2010. Disponível em: <http://news.xinhuanet.com/english2010/indepth/2010-11/28/c_13625666.htm> Acesso em: 23 out 2011.

BRANIGAN, T. Chinese newspapers in joint call to end curbs on migrant workers. **The Guardian**. 01 mar 2010. Disponível em: <<http://www.guardian.co.uk/world/2010/mar/01/chinese-newspapers-migrant-workers-rights>> Acesso em: 02 nov 2011.

BRIC wall. **The Economist**, Londres, v. 399, n. 8729, p. 84, 16-22, abr 2011.

CAO, Y. Migrant parents keen to see new hukou reforms. **China Daily**. 13 jul 2011. Disponível em: <http://www.chinadaily.com.cn/usa/china/2011-07/13/content_12890506.htm> Acesso em: 02 nov 2011.

CASTRO, A. B. No espelho da China. **Digesto Econômico**, Diário do Comércio, 2008. Disponível em: <http://www.dcomercio.com.br/especiais/outros/digesto/digesto_08/04.htm>. Acesso em: 13 abr 2011.

CHEN, J. Education reform aimed at benefiting migrants. **China Daily**. 08 mar 2011. Disponível em: <http://www.chinadaily.com.cn/usa/china/2011-03/08/content_12134680.htm> Acesso em: 01 nov 2011.

CHEN, W. Equal opportunities needs enforcing. **Xinhua News**. 05 jul 2011. Disponível em: <http://news.xinhuanet.com/english2010/indepth/2011-07/05/c_13966354.htm> Acesso em: 30 out 2011.

CHINA Trade, Imports and Exports. **Economywatch**. 30 jun 2010. Disponível em: <http://www.economywatch.com/world_economy/china/export-import.html> Acesso em: 22 dez 2011.

DANG, G. Better future for Chinese farmers. **China Daily**. 08 abr 2011. Disponível em:

<http://www.chinadaily.com.cn/usa/business/2011-04/08/content_12293012.htm> Acesso em: 02 nov 2011.

DENG, S. China's rural migrants excluded from receiving full urbanization benefits, official says. **Xinhua News**. 27 mar 2011. Disponível em: <http://news.xinhuanet.com/english2010/china/2011-03/27/c_13800484.htm> Acesso em: 25 out 2011.

DENG, S. New policy stresses Hukou. **Xinhua News**. 21 fev 2011. Disponível em: <http://news.xinhuanet.com/english2010/china/2011-02/21/c_13741267.htm> Acesso em: 24 out 2011.

DON'T worry, be happy. **The Economist**. Londres, v. 398, n. 8725, p. 49, 19-25 mar 2011.

DYER, G. China prepares for soaring number of city dwellers. **Financial Times**. 13 jun 2011. Disponível em: <<http://www.ft.com/intl/cms/s/0/142c5e32-95b2-11e0-8f82-00144feab49a.html#axzz1xJTL18KW>> Acesso em: 20 jun 2011.

FRIEND or foe? **The Economist**, A special report on China's place in the world. Londres, v. 397, n. 8711, 4-10 dez 2010.

GDP growth in China 1952-2011. **Chinability**. Nov 2011. Disponível em: <<http://www.chinability.com/GDP.htm>> Acesso em: 27 nov 2011.

GROSS fixed capital formation (% of GDP) in China. **Trading Economics**. 15 jan 2012. Disponível em: <<http://www.tradingeconomics.com/china/gross-fixed-capital-formation-percent-of-gdp-wb-data.html>> Acesso em: 15 jan 2012.

HE, N. Money, fraud and hukou. **Xinhua News**. 11 jul 2011. Disponível em: <http://news.xinhuanet.com/english2010/china/2011-07/11/c_13977359.htm> Acesso em: 25 out 2011.

HOUSEHOLD registration. **China Daily**. 27 fev 2012. Disponível em: <http://www.chinadaily.com.cn/usa/epaper/2012-02/27/content_14702645.htm> Acesso em: 15 mar 2012.

HU, T; LIU, D. Rising rents crushing dreams of Beijing white-collar workers. **Xinhua News**. 09 set 2011. Disponível em: <http://news.xinhuanet.com/english2010/china/2011-09/09/c_131123433.htm> Acesso em: 25 out 2011.

INVISIBLE and heavy shackles. **The Economist**, Londres, v. 395, n. 8681, p. 26-28, 8-14 mai 2010.

JACOBS, A. Chinese Editorials Assail a Government System. **The New York Times**. 01 mar 2010. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/2010/03/02/world/asia/02china.html>> Acesso em: 02 nov 2011.

LI, X. Time for "hukou" system reform in China: experts. **Xinhua News**. 08 fev 2010. Disponível em: <http://news.xinhuanet.com/english2010/china/2010-02/08/c_13168267.htm> Acesso em: 20 out 2011.

MO, H. Accepting migrant workers as urban residents key to China's urbanization: political advisors. **Xinhua News**. Disponível em: <http://news.xinhuanet.com/english2010/indepth/2011-03/05/c_13763038.htm> Acesso em: 25 out 2011.

MIGRANTS schools closed in Chinese capital. **BBC News**. 17 ago 2011. Disponível em: <<http://www.bbc.co.uk/news/world-asia-pacific-14556906>>. Acesso em: 20 ago 2011.

MU, X. Children of migrant workers will not be charged extra fees: ministry. **Xinhua News**. 01 set 2011. Disponível em: <http://news.xinhuanet.com/english2010/china/2011-09/01/c_131092430.htm> Acesso em: 19 out 2011.

RIGHTS of migrant workers. **China Daily**. 12 jan 2011. Disponível em: <http://www.chinadaily.com.cn/usa/2011-01/12/content_11833398.htm> Acesso em: 02 nov 2011.

RURAL migrants excluded from urbanization benefits. **China Daily**. 28 mar 2011. Disponível em: <http://www.chinadaily.com.cn/usa/business/2011-03/28/content_12236064.htm> Acesso em: 01 nov 2011.

SHAN, J. One in three Beijingers a migrant worker. **China Daily**. 06 mai 2011. Disponível em: <http://www.chinadaily.com.cn/usa/china/2011-05/06/content_12461291.htm> Acesso em: 02 nov 2011.

SOCIALIST workers. **The Economist**. Londres, v. 395, n. 8686, p. 86, 12-18 jun 2010.

THE art of Chinese massage. **The Economist**, Londres, mai 2009. Disponível em: <<http://www.economist.com/node/13692907>> Acesso em: 01 dez 2011

THE next China. **The Economist**, Londres, v. 396, n. 8693, p. 48-50, 31 jul-6 ago 2010.

WANG, H. Migrants restore population balance. **China Daily**. 05 mai 2011. Disponível em: <http://www.chinadaily.com.cn/usa/china/2011-05/05/content_12448182.htm> Acesso em: 02 nov 2011.

WANG, J. China to make better life for migrant workers. **China Daily**. 06 mar 2011. Disponível em: <http://www.chinadaily.com.cn/usa/china/2011-03/06/content_12123174.htm> Acesso em: 02 nov 2011.

WANG, G. Important communication. **Xinhua News**. 28 fev 2011. Disponível em: <http://news.xinhuanet.com/english2010/indepth/2011-02/28/c_13753385.htm> Acesso em: 24 out 2011.

WANG, R; NI, Y. Chinese migrant families struggle for equal rights in national college entrance exam. **Xinhua News**. 08 jun 2011. Disponível em: <http://news.xinhuanet.com/english2010/china/2011-06/08/c_13918052.htm> Acesso em: 24 out 2011.

WOLF, M. Como Pequim deve governar o mundo. **Valor Econômico**. São Paulo, A13, 23 mar 2011.

YAMEI, W. Migrant children should be included in urban education despite school closures: Ministry of Education. **Xinhua News**. 16 set 2011. Disponível em: <http://news.xinhuanet.com/english2010/china/2011-09/16/c_131143010.htm> Acesso em: 19 out 2011.

YAN, J; CHEN, X. Beijing considers easing hukou rules. **China Daily**. 22 jun 2011. Disponível em: <http://www.chinadaily.com.cn/usa/china/2011-06/22/content_12749407.htm> Acesso em: 02 nov 2011.

YANG, Y. A China deveria importar deflação. **Valor Econômico**. São Paulo, A13, 30 abr 2011.

YASHENG, H. "China should abolish rural migrants discrimination". **OECD Development Centre**. 06 ago 2010. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=VKq2uHn3Hr8>> Acesso em: 04 jan 2012.

6. ANEXOS

Tabela 4: Evolução do PIB chinês

	PIB Índice em termos reais	PIB em bilhões de yuan, a preços correntes	PIB per capita em yuan	Taxa anual de crescimento real (%)
1952	100,0	67,9	119	-
1953	115,6	82,4	142	15,6
1954	120,5	85,9	144	4,2
1955	128,6	91,0	150	6,8
1956	147,9	102,8	165	15,0
1957	155,5	106,8	168	5,1
1958	188,6	130,7	200	21,3
1959	205,2	143,9	216	8,8
1960	204,6	145,7	218	-0,3
1961	148,7	122,0	185	-27,3
1962	140,4	114,9	173	-5,6
1963	154,7	123,3	181	10,2
1964	183,0	145,4	208	18,3
1965	214,2	171,6	240	17,0
1966	237,1	186,8	254	10,7
1967	223,6	177,4	235	-5,7
1968	214,4	172,3	222	-4,1
1969	250,6	193,8	243	16,9
1970	299,3	225,3	275	19,4
1971	320,2	242,6	288	7,0
1972	332,4	251,8	292	3,8
1973	358,6	272,1	309	7,9
1974	366,9	279,0	310	2,3
1975	398,8	299,7	327	8,7
1976	392,4	294,4	316	-1,6
1977	422,2	320,2	339	7,6
1978	471,6	362,4	379	11,7
1979	507,5	403,8	417	7,6
1980	547,1	451,8	460	7,8

1981	575,5	486,2	489	5,2
1982	629,0	529,5	525	9,1
1983	698,9	593,5	580	10,9
1984	805,8	717,1	692	15,2
1985	912,1	896,4	853	13,5
1986	989,7	1,020,2	956	8,8
1987	1,103,5	1,196,3	1,104	11,6
1988	1,228,2	1,492,8	1,355	11,3
1989	1,279,8	1,690,9	1,512	4,1
1990	1,333,5	1,854,8	1,634	3,8
1991	1,454,9	2,161,8	1,879	9,2
1992	1,660,0	2663,8	2,287	14,2
1993	1,877,5	3,463,4	2,939	13,5
1994	2,114,0	4,675,9	3,923	12,6
1995	2,304,3	5,847,8	4,854	10,5
1996	2,530,1	6,788,5	5,576	9,6
1997	2,745,2	7,446,3	6,054	8,8
1998	2,959,3	7,834,5	6,038	7,8
1999	3,169,4	8,206,8	7,159	7,1
2000	3,422,9	8,946,8	7,858	8,0
2001	-	10,965,5	8,622	8,3
2002	-	12,033,3	9,398	9,1
2003	-	13,582,3	10,542	10,0
2004	-	15,987,8	12,336	10,1
2005	-	18,386,8	14,040	9,9
2006	-	21,087,1	16,084	11,1
2007	-	24,661,9	-	11,4
2008	-	31,404,5	-	9,6
2009	-	34,506,9	-	8,7
2010	-	40,201,2	-	10,4
2011	-	47,1563,7	-	9,2

FONTE: NATIONAL BUREAU OF STATISTICS, CHINA STATISTICAL YEARBOOKS; NATIONAL BUREAU OF STATISTICS PLAN REPORT; NATIONAL BUREAU OF STATISTICS COMMUNIQUÉS, APUD CHINABILITY. 2011.

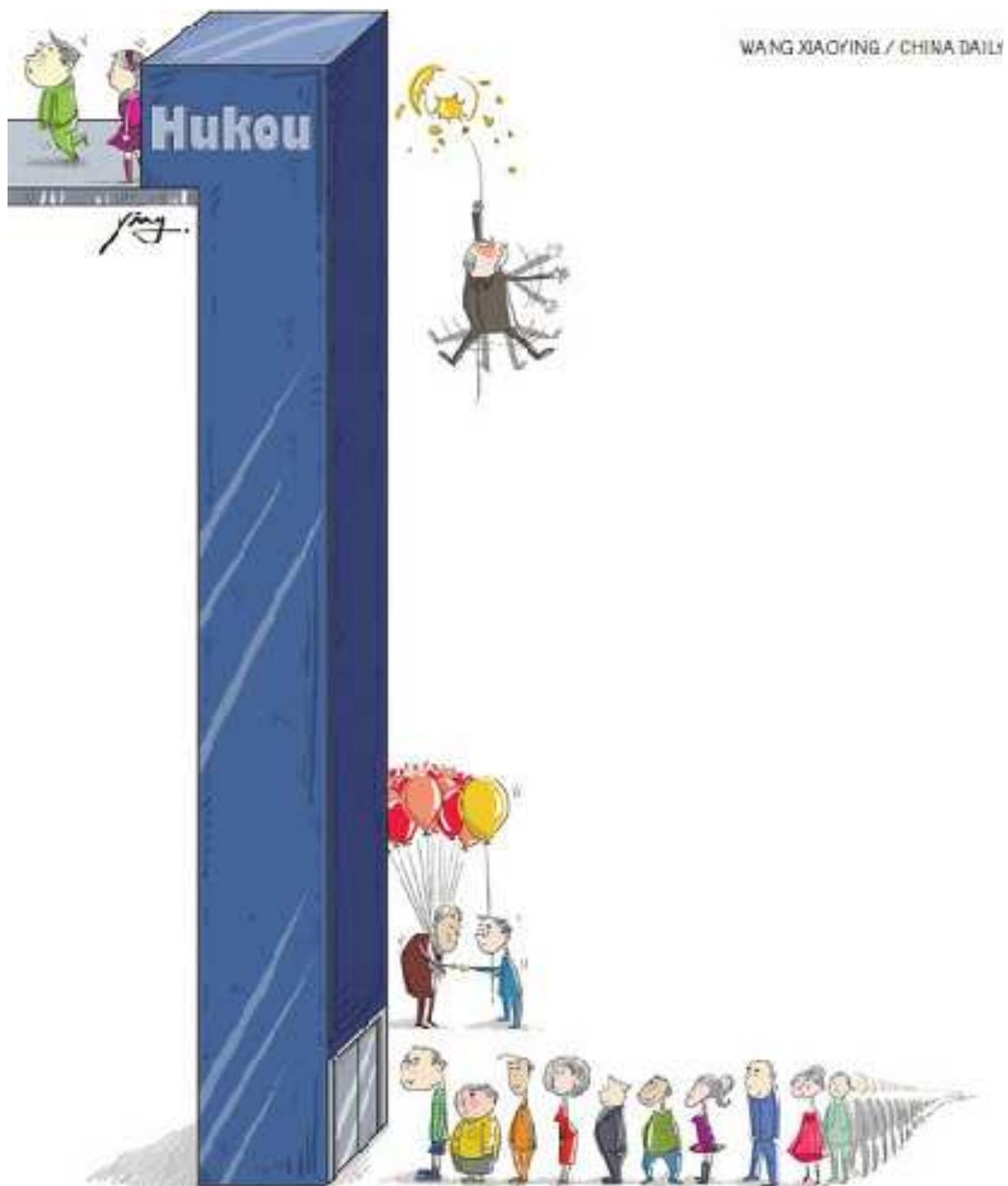


FIGURA: A DIFÍCIL ASCENSÃO
FONTE: CHINA DAILY, 2011